

GILBERTO DE CASTRO

EM BUSCA DE UMA LINGÜÍSTICA SOCIOLÓGICA:
CONTRIBUIÇÕES
PARA UMA LEITURA DE BAKHTIN

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Lingüística de Língua Portuguesa, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Faraco

CURITIBA
1993

Mas há ainda mais: então dizeis, a ciência ensinará ao homem (mas na minha opinião, isto já é um luxo supérfluo) que ele nunca teve vontade, nem caprichos, e que não passa, em suma, de uma tecla de piano, de um pedal de órgão; o que realiza, por conseguinte, realiza-o, não segundo sua vontade, mas conforme às leis da natureza. Basta pois descobrir essas leis, e o homem então não poderá mais ser considerado responsável por suas ações, e a vida se lhe tornará extremamente fácil. Todas as ações humanas poderão ser evidentemente calculadas matematicamente, de acordo com essas leis, como se faz para os logaritmos, até o centésimo milésimo, e serão inscritas nas efemérides, ou far-se-ão livros estimáveis, no gênero dos nossos dicionários enciclopédicos, onde tudo ficará tão bem calculado e previsto, que não haverá mais aventuras, nem mesmo mais ações.

Dostoiévski - O subsolo

As páginas a seguir, com um brinde ao acaso, são dedicadas ao amigo e orientador Carlos Alberto Faraco.

AGRADECIMENTOS

À Vilma, cuja intuição e talento com a linguagem tive a sorte de ter por perto.

Ao Cristóvão, pela amizade e interlocução constantes.

Ao Altair, outro bom amigo, com quem pude dividir muitas das minhas angústias na realização deste trabalho.

À Sonia e à Hilda que presenciaram, com amizade e entusiasmo, a escritura das primeiras linhas desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho é uma discussão teórica e metodológica sobre o pensamento de Mikhail Bakhtin. Inicia-se por um contraponto com o lingüista francês Oswald Ducrot que, ao fazer menção à "polifonia" de Bakhtin, toca em aspectos gerais da obra do autor. Em seguida, a fim de esclarecermos alguns pontos da teoria lingüística de Bakhtin, dedicamos integralmente o segundo capítulo à discussão de seu conceito de enunciado, que é central no seu pensamento. Aprofundando um pouco mais esse conceito, no terceiro capítulo, partimos para uma diferenciação entre o enunciado produzido no interior das ciências humanas e o produzido nas ciências naturais, elaborando, a partir dessa diferenciação, alguns pressupostos éticos para a *compreensão produtiva* do enunciado das ciências humanas. No quarto capítulo, fazemos uma avaliação de como as idéias de Bakhtin estão sendo recebidas e utilizadas por alguns analistas do discurso, analisando quatro trabalhos de estudo do discurso. Por fim, no quinto capítulo, formulamos um esboço daquilo que imaginamos deve ser entendido como o método de análise de Bakhtin.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 01 |
| Bakhtin: da lingüística à literatura | 03 |
| Por um conceito sociológico de enunciado | 19 |
| Ensaio sobre uma ética da apreensão da palavra do outro no quadro das ciências humanas | 48 |
| Bakhtin e a análise do discurso: um diálogo possível | 62 |
| Bakhtin e o seu método | 100 |
| Conclusão | 111 |
| Referências bibliográficas | 113 |

INTRODUÇÃO

O texto que vem a seguir é essencialmente uma discussão teórica e metodológica sobre o pensamento de Bakhtin, contrariando nosso projeto inicial, cujo objetivo com relação à teoria do autor era apenas o de extrair dela um instrumental de análise empírica para o estudo do discurso. Inicialmente, nosso projeto contemplava a análise do discurso da crítica literária em alguns dos principais jornais brasileiros.

A desistência de um projeto empírico com Bakhtin em favor de um teórico, contudo, não se deu sem razão. Particularmente, dois fatos foram responsáveis por essa alteração de percurso: um ainda durante a elaboração do projeto de dissertação e outro na fase inicial de redação do trabalho.

Para a elaboração das resenhas que comporiam o projeto de dissertação, tivemos a oportunidade de ler várias teses e trabalhos preocupados com o estudo do discurso. Nas teses, em particular, as referências a Bakhtin eram uma constante quase que obrigatória. Entretanto, embora mencionado freqüentemente, as idéias do autor não serviam de inspiração à busca de um modelo de análise empírica; em outras palavras, Bakhtin era apenas uma referência, mas nunca uma solução. No momento específico de análise, a opção metodológica dos autores era baseada sempre em outras fontes. Além disso, percebíamos na leitura dessas teses, mesmo que de forma ainda intuitiva, que as interpretações dos autores eram bastante díspares. Conceitos fundamentais formulados por Bakhtin (signo, enunciado, carnavalização, polifonia, etc.) recebiam interpretações muito diferentes,

dificultando, para nós que estávamos apenas iniciando o estudo do autor, o entendimento de sua teoria.

Esse fato sozinho, contudo, não foi suficiente para abandonarmos a idéia de utilizar a teoria de Bakhtin para a análise empírica a que estávamos pretendendo. Partimos, então, para a redação do primeiro capítulo da dissertação, cujo objetivo principal era o de questionar a leitura que Oswald Ducrot tinha feito da teoria de Bakhtin; objetivo esse mantido mesmo depois da alteração do projeto inicial.

Embora pelas leituras que já havíamos feito sobre Bakhtin percebêssemos que a apreensão de Ducrot apresentava imprecisões conceituais, o fato de suas afirmações fazerem referência, ao mesmo tempo, a várias questões do pensamento daquele autor serviu para demonstrar as nossas próprias fragilidades em relação ao conjunto geral do pensamento de Bakhtin.

Esse fato, somado ao primeiro, dissuadiu-nos de vez de empreender um projeto empírico com Bakhtin, pois tal projeto parecia exigir de nós um amadurecimento sobre a sua teoria que circunstancialmente ainda não tínhamos. Percebemos assim que, antes de partir para a aplicação do método de Bakhtin, era preciso primeiro conquistá-lo. Porém, conquistar um método pressupõe, como sabemos, conquistar a teoria da qual ele é componente inseparável. Por isso, este nosso trabalho, do começo ao fim, pretende ser uma contribuição para o entendimento da teoria geral de Bakhtin, bem como de seu método.

BAKHTIN: DA LINGÜÍSTICA À LITERATURA

Mikhail Bakhtin (1895-1975) possui vários de seus livros traduzidos para o português. O principal deles, Marxismo e filosofia da linguagem, onde o autor coloca a necessidade de se enfocar o estudo da linguagem em bases sociológicas, teve a sua primeira publicação em 1979. A esse, seguiram-se Problemas da poética de Dostoiévski(1981), no qual Bakhtin analisa as particularidades estilísticas inovadoras da literatura de Dostoiévski; A cultura popular na Idade Média e no Renascimento - O contexto de François Rabelais (1987), onde o autor discute as origens da estética de Rabelais; Questões de literatura e de estética - a teoria do romance (1988), no qual Bakhtin traça as diferenças existentes entre uma estética de cunho material (formalista) e a social, e descreve ainda as particularidades do discurso poético; e, por último, Estética da criação verbal, onde o autor se dedica principalmente ao estudo do herói dentro da obra romanesca e aos problemas que envolvem os gêneros discursivos. Do mesmo autor, ainda a serem publicados no Brasil, temos, traduzido para o inglês: Architectonics of answerability e The formal, este último escrito em parceria com P.N. Medvedev, entre outros.

Apesar da extensão de sua obra e da ampla variedade de temas que Bakhtin discute, os estudos sobre o seu pensamento, pelo menos aqui no Brasil, encontram-se ainda hoje em fase embrionária. O único texto mais abrangente a esse respeito de que se tem conhecimento é Uma introdução a Bakhtin, publicado em 1988, pela editora Hatier, após uma semana de palestras sobre o autor. Além disso, as únicas referências que encontramos às idéias de Bakhtin aparecem normalmente dispersas entre a imprensa

jornalística, notadamente em assuntos literários, em algumas teses e trabalhos sobre análise do discurso e em teses sobre literatura. Entretanto, entre essas referências, poderíamos dizer que são poucas as que conseguem apreender na totalidade as bases teóricas e metodológicas enunciadas por Bakhtin. Na grande maioria dos trabalhos em que o autor é citado, é comum encontrarmos referências à sua obra que, quando não estão deslocadas dos pressupostos teóricos gerais formulados por ele, simplesmente servem como ilustração secundária de assuntos que envolvem ora a sua teoria lingüística, ora a sua teoria literária.

Um dos fatores que faz com que isso aconteça está ligado ao fato de Bakhtin ter se dedicado a uma grande variedade de temas. Por esse motivo, muitos leitores, ao aproximarem-se de suas obras, tendem a tratar as idéias do autor de forma fragmentada, como se o olhar de Bakhtin que percebe a polifonia na literatura de Dostoiévski fosse diferente do olhar com que o autor focaliza os textos de Rabelais. Para quem o lê desatentamente, *carnavalização* só é possível na literatura e a sua concepção de *signo* e *enunciado* são temas que só interessam à ciência lingüística. E, por sua vez, as críticas que o autor faz a Freud são assunto apenas da psicologia.

Todavia, se enquanto temática encontramos variedade em Bakhtin, o mesmo não podemos afirmar de seus pressupostos teóricos e de sua metodologia. Ao buscar no marxismo as bases gerais para a sua concepção histórica e social de homem e de linguagem, o autor encontra a chave que lhe possibilita criticar com a mesma coerência metodológica não só as correntes da lingüística da sua época, como também as concepções formalistas de arte e literatura e a concepção de sujeito das diversas correntes da psicologia, dedicando uma monografia à crítica das idéias de Freud em particular.

O objetivo deste nosso trabalho, obviamente, não é o de esgotar o debate sobre as idéias do autor, mas antes o de clarear alguns pontos de sua teoria, principalmente aqueles que se referem mais a sua teoria lingüística. Com essa intenção, utilizaremos como contraponto para a discussão neste primeiro capítulo o artigo intitulado "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação" de Oswald Ducrot, publicado no livro O dizer e o dito, em 1984, na França e, em 1987, no Brasil.

Nesse artigo, Ducrot afirma que a lingüística moderna, toda ela, trabalha com o pressuposto de que em cada enunciado isolado existe sempre um único sujeito, ou uma única voz. E, segundo ele, isso se dá principalmente em razão da distinção pouco precisa existente nos estudos lingüísticos entre frase e enunciado. Para Ducrot, a frase é um mero objeto teórico que não pertence ao domínio do observável. Nas suas palavras, "o que o lingüista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como a manifestação particular, como ocorrência *hic et nunc* de uma frase."⁽¹⁾ E exemplifica:

Suponhamos que duas pessoas diferentes digam 'faz bom tempo', ou que uma mesma pessoa o diga em dois momentos diferentes: encontramo-nos em presença de dois enunciados diferentes, de dois observáveis diferentes, observáveis que a maior parte dos lingüistas explicam decidindo que se trata de duas ocorrências da mesma frase de uma língua, definida como uma estrutura lexical e sintática, e da qual se supõe que ela é subjacente. (DUCROT, 1987, 164).

O autor afirma ainda que a crença na unicidade do sujeito falante vigorou durante muito tempo também na teoria literária, até ser questionada

(1) DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: O dizer e o dito. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987. p. 164.

pelo conceito de polifonia elaborado por Bakhtin.(2) E, na tentativa de derubar esse mesmo pressuposto na lingüística, Ducrot diz que o seu trabalho é uma "extensão (bastante livre) à lingüística dos trabalhos de Bakhtin sobre literatura".(3) Antes disso, porém, o autor faz uma série de afirmações sobre a obra de Bakhtin que tocam simultaneamente em sua teoria literária e em sua teoria lingüística. Segundo Ducrot:

Para Bakhtin, há toda uma categoria de textos, e notadamente de textos literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras: trata-se do que ele chama, em oposição à literatura clássica ou dogmática, a literatura popular, ou ainda carnavalesca, e que às vezes ele qualifica de mascarada, entendendo por isso que o autor assume uma série de máscaras diferentes. Mas esta teoria de Bakhtin, segundo meu conhecimento, sempre foi aplicada a textos, ou seja, a seqüências de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos. De modo que ela não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz. (DUCROT, 1987, 161).

Nessas afirmações, entretanto, o autor comete uma série de equívocos em relação ao pensamento de Bakhtin. É na tentativa de esclarecer essas imprecisões e de tentar entender o real significado da expressão *extensão (bastante livre)*, utilizada por Ducrot, que se constrói este primeiro capítulo. Começamos pelas colocações do autor que dizem respeito à teoria literária de Bakhtin.

A primeira das imprecisões cometidas por Ducrot se expressa na confusão que ele faz em relação ao conceito de polifonia de Bakhtin. Ao dizer

(2) DUCROT, p. 161.

(3) Ibidem, p. 163.

que "para Bakhtin, há toda uma categoria de textos, notadamente literários..."(4) , o autor revela não ter apreendido a especificidade do conceito utilizado por Bakhtin, que serve, exclusivamente, para tratar da literatura de Dostoiévski. No primeiro capítulo de Problemas da poética de Dostoiévski, Bakhtin recupera e critica todos os teóricos que já se haviam debruçado sobre os textos de Dostoiévski e afirma que, embora cada um tenha interpretado a seu modo a literatura do autor em questão, todos acabaram errando em tentar percebê-la como algo acabado e imóvel. Ao olharem a sua obra sob o ponto de vista do herói tradicional, todos, sem exceção, tentaram perceber nela "*uma palavra, uma voz, uma ênfase*"(5) , enfim, uma verdade possível somente nos romances monológicos, onde o autor funciona como o denominador ideológico do mundo que cria. O romance polifônico, por sua vez, é definido por Bakhtin justamente como oposição a isso; nele, todas as personagens funcionam como centros-consciência, ou centros-ideológicos, irreduzíveis a um centro ideológico único.

Daí resulta ser falsa também a segunda afirmação de Ducrot de que no texto polifônico "...é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras."(6) O autor acerta ao dizer que no texto polifônico nenhuma voz é preponderante, mas erra ao generalizar que nele as vozes falam simultaneamente. É verdade que no discurso monológico das personagens a polifonia se dá de forma simultânea, no entanto, ela não pode ser caracterizada apenas a partir desse fato. Isso porque a polifonia, a diversidade

(4) Ibidem, p. 161.

(5) BAKHTIN, Mikhail M. Problemas da poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. p. 37.

de vozes, encontrada por Bakhtin nas obras de Dostoiévski, se constitui precisamente no grau de eqüipolência discursiva - que se dá tanto nos monólogos quanto nos diálogos - existente entre elas no interior de seus romances. E essa eqüipolência, por seu turno, só é possível a partir da liberdade de julgamento, de avaliação pessoal que uma personagem possui em relação às outras. É justamente esse grau de liberdade de julgar, de independência ideológica, que distingue as personagens de Dostoiévski das personagens dos romances de seus contemporâneos e que cria o pano de fundo necessário ao encontro dialógico entre elas. Nas palavras do próprio Bakhtin, a literatura de Dostoiévski " não se constrói como o todo de uma consciência que assumiu, em forma objetificada, outras consciências, mas como o todo da interação entre várias consciências dentre as quais nenhuma se converteu definitivamente em objeto da outra." (BAKHTIN,1981,13).

A afirmação de Ducrot de que as vozes são simultâneas nos textos polifônicos se deve à confusão que o autor faz entre polifonia e discurso citado. Isso está claramente expresso nos poucos exemplos que ele apresenta como sendo falas polifônicas. Segundo ele, em:

"João me disse: eu virei"(7),

" encontram-se [...] duas marcas de primeira pessoa que remetem a dois seres diferentes "(8) , e que por isso, o enunciado não pode ser atribuído a um único sujeito, mas sim ao encontro de duas vozes distintas. Para Ducrot, o mesmo ocorre na fala de:

" Eu não estou bem. "(9) ,

(7) Ibidem, p.185.

(8) Ibidem, p.185.

(9) Ibidem, p.185.

caso esta seja recuperada por um outro interlocutor da seguinte maneira:

" Eu não estou bem; não creia que você vai me comover com isso."(10)

Embora as formas de citação do discurso do outro (discurso direto, indireto e indireto livre) sejam apropriadas para a apreensão ativa e responsiva da palavra do outro, podendo servir a construções polifônicas no interior de uma obra romanesca, o discurso citado em si e por si não é capaz de revelar na totalidade a essência da polifonia, da forma como Bakhtin revelou em Dostoiévski, pois o discurso citado é apenas um e não o único modo de interação verbal e de equípolência discursiva. Além do mais, cumpre observar que a polifonia sugerida por Ducrot através do discurso citado se constrói exclusivamente no plano da repetição do material verbal de um dos interlocutores. Enquanto em Ducrot a polifonia é a reconstrução do material verbal já mencionado, em Bakhtin ela é a presença do outro, da avaliação, da visão de mundo de uma personagem(de sua voz) na composição da consciência e do discurso de outra na literatura de Dostoiévski.

Com os exemplos de polifonia apresentados por Ducrot é fácil perceber que não existe identidade conceitual nenhuma entre a polifonia de Bakhtin e a sua proposta. O que Ducrot faz, na verdade, ao confundir a polifonia de Bakhtin com o discurso citado, é simplesmente reificar o termo polifonia. Essa conclusão, contudo, não emerge claramente da colocação do autor de que seu trabalho é uma "extensão livre" dos trabalhos sobre literatura de Bakhtin. E isso, forçosamente nos obriga a levantar aqui a seguinte questão: se a intenção de Ducrot com sua extensão era a de simplesmente reificar o termo polifonia de Bakhtin, soa-nos no mínimo desnecessária a

(10)Ibidem, p.185.

apresentação que ele faz do pensamento do autor. Não seria mais justo mencionar que estava apenas emprestando o termo de Bakhtin?

Se Ducrot tivesse procedido dessa forma, evitaria uma segunda confusão conceitual. Ao dizer que Bakhtin chama o texto polifônico, "em oposição à literatura clássica ou dogmática [de] literatura popular, ou ainda carnavalesca..."⁽¹¹⁾, ele acaba por confundir, desta vez, o conceito de polifonia com a história da cultura popular (carnavalesca) que, na literatura, culminou no texto polifônico de Dostoiévski. Com relação a isso, Bakhtin nos parece bastante claro. Em todos os estudos que ele fez sobre literatura, uma das idéias que defende sempre é a de que a fonte de onde o romance moderno provém está na cultura popular da Antigüidade. Segundo ele, foi através da língua popular falada, das festas populares e dos rituais carnavalescos, nos quais se relativizavam os poderes oficiais, que o romance, na nossa concepção moderna, veio se formando ao longo do tempo, passando pela Idade Média, para transformar-se, já no Renascimento, em cultura oficial. Para Bakhtin, dois autores que servem como exemplo disso são Rabelais e Cervantes.⁽¹²⁾

No bojo dessa cultura popular, e durante o seu percurso histórico, floresceu um tipo de literatura bastante peculiar que, mesmo não se constituindo ainda em um gênero específico, diferia substancialmente da literatura oficial, absoluta e dogmática. Essa peculiaridade, na visão de Bakhtin, estava no riso que as camadas populares impunham à cultura oficial. É através da apreensão cômica da realidade, manifestada nas sátiras e paródias da cultura e dos valores oficiais que o povo aproximava as pessoas, trazendo-as para a faixa de contato íntimo, onde todos os discursos aparentemente

(11)Ibidem, p.161.

(12)BAKHTIN, P. 105-118.

invioláveis do poder, expresso em todas as suas variedades, eram relativizados. Ao culto oficial, a cultura popular vai opor, através do riso, um outro ponto de vista, criando, assim, um híbrido literário em formação.(13)

Foi nessa literatura popular (carnavalesca) que Bakhtin percebeu o embrião da prosa romanesca e da literatura polifônica de Dostoiévski. A nascente da polifonia de Dostoiévski está, portanto, na confluência discursiva, no diálogo ainda incipiente de vozes elaborado na literatura do riso. Mas a sua literatura, embora remonte a um passado de tradições populares, não pode ser denominada de literatura popular ou carnavalesca, pois no tempo do autor, as origens populares já encontravam-se, na literatura, substancialmente renovadas e modificadas pelo tempo. E isso vai se dar, na literatura de Dostoiévski, precisamente no modo particular com que ele consegue apreender e representar o discurso do outro. É em seus romances que o diálogo (entendido aqui como o encontro entre vários discursos distintos, como a diversidade de visões de mundo plenivalentes e em confronto) atinge o seu grau máximo na representação literária, inaugurando uma autêntica revolução no gênero romanesco.

Ainda a propósito da teoria literária de Bakhtin, Ducrot comete uma terceira confusão conceitual; agora entre o conceito de carnaval e de mascarada. Ao afirmar que Bakhtin qualifica o texto carnavalesco (popular) de mascarada, Ducrot revela entender ambos os termos como sendo equivalentes. É verdade que a mascarada teve origem, assim como a polifonia literária, nos rituais carnavalescos da cultura popular, mas é inegável que ela operou nesses rituais uma sensível degeneração estilística. O ideal relativista,

(13) BAKHTIN, Mikhail M. Da pré-história do discurso romanesco. In: Questões de literatura e de estética - a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 363-396.

próprio da cultura carnavalesca, desapareceu totalmente quando o carnaval foi oficializado pela corte a partir do Renascimento. Ao chegar à modernidade, o carnaval já havia perdido quase que por completo as suas relações com os rituais de destronamento dos dogmas oficiais do passado, realizado pelas classes populares. Para evitar essa confusão, Bakhtin faz questão de distinguir nitidamente uma manifestação da outra, afirmando que:

...deve-se deixar de lado a interpretação simplista do carnaval segundo o espírito da *maskarada* dos tempos modernos e ainda mais a concepção boêmia banal do fenômeno. O carnaval é uma grandiosa cosmovisão *universalmente popular* dos milênios passados. Essa cosmovisão, que liberta do medo, aproxima ao máximo o mundo do homem e o homem do homem (tudo é trazido para a zona do contato familiar livre), com o seu contentamento das mudanças e sua alegre relatividade, opõe-se somente à seriedade oficial unilateral e sombria, gerada pelo medo, dogmática, hostil aos processos de formação e à mudança, tendente a absolutizar um dado estado de existência e do sistema social. Mas nela não há, evidentemente, nem sombra da levandade vazia nem do banal individualismo boêmio." (BAKHTIN, 1981, 138)

Se repararmos em nosso próprio carnaval, o carnaval oficializado das ruas e dos salões, facilmente percebemos nele pontos de contato com a *maskarada* a que se refere Bakhtin. Em nosso carnaval perdura, por exemplo, a figura do rei momo, mas esse símbolo carnavalesco, diferentemente do rei simbolizado pelo povo no passado, encontra-se destituído de qualquer ambivalência. Nos dias de hoje, o rei momo, ao ascender ao trono, passa a representar a autoridade máxima da festa, simbolizando o supremo da alegria e do poder. Todavia, em sua figura não reside qualquer tipo de contradição ou confronto; em nenhum momento ele é objeto de sátira ou de escárnio. Essa mesma ausência de ambivalência também encontramos nos demais símbolos e máscaras utilizados em nosso carnaval; a nudez e o sensualismo

exacerbados são exemplos vivos disso. Tanto na mascarada da corte, apontada por Bakhtin⁽¹⁴⁾, quanto no carnaval brasileiro, com exceção de algumas manifestações populares isoladas, não se relativizam mais o poder, os valores oficiais ou qualquer tipo de dogma. Nisso reside a diferença substancial entre a mascarada e as tradições carnavalescas populares antigas.

Passemos agora a analisar as últimas afirmações que Ducrot faz sobre o pensamento de Bakhtin. Começemos pela última em que o autor diz que "a teoria de Bakhtin não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz."⁽¹⁵⁾

Ducrot, ao fazer tal afirmação, demonstra não ter percebido a base sociológica da concepção de linguagem que orienta Bakhtin na análise que ele faz da literatura de Dostoiévski. Em Bakhtin, um enunciado está sempre, de uma forma ou de outra, dirigido pelo e para o enunciado do outro. É o enunciado do outro, a voz do outro, que orienta e define a forma, a expressividade e as palavras que utilizaremos para compor aquilo que queremos dizer. Foi precisamente essa relação dialógica presente na dinâmica social e real do discurso que Bakhtin encontrou em Dostoiévski. Em sua literatura, o discurso das personagens está o tempo todo orientado pela avaliação do outro, pela voz do outro. É a partir da consideração das outras vozes que elas pensam, falam e agem, criando a sua mundividência própria. Esse, segundo Bakhtin, é o tema fundamental da literatura de Dostoiévski. Como bem afirma ele:

A atitude do herói face a si mesmo é inseparável da atitude do outro em relação a ele. A consciência de si mesmo fá-lo sentir-se constantemente no fundo da

(14) BAKHTIN, Mikhail M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1987. P. 89.

consciência que o outro tem dele, o eu para si no fundo do eu para o outro. Por isto o discurso do herói sobre si mesmo se constrói sob a influência direta do discurso do outro sobre ele (BAKHTIN, 1981, 180).

A polifonia de Dostoiévski é, assim, uma forma de transposição do fenômeno da interação verbal viva para o plano do literário. Se Bakhtin não tivesse o olhar atento para a dinâmica real do discurso, jamais teria percebido a literatura de Dostoiévski com a profundidade com que percebeu.

Embora em Problemas da poética de Dostoiévski seja possível inferir a concepção de linguagem, conseqüentemente de discurso, de Bakhtin, o texto mais recomendável para entender a sua teoria lingüística é Marxismo e filosofia da linguagem, publicado na França em 1977, pela editora Minuit. Nesse texto, o autor apresenta em detalhes as bases metodológicas para o estudo da linguagem concreta. Nos capítulos 8 a 11, especificamente, Bakhtin faz um extenso estudo de como a palavra do outro entra na minha; como se integra o enunciado do outro, enquanto enunciado do outro, no meu enunciado. A preocupação central do autor nesses capítulos é justamente a de mostrar, através do estudo do discurso citado no interior da narração, que um enunciado isolado é sempre um encontro de mais de uma voz. Pois o discurso citado, segundo Bakhtin, é "*o discurso no discurso, a enunciação na enunciação*", mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*." (BAKHTIN, 1986, 144).

Entretanto, o autor adverte que:

Esse fenômeno da *reação da palavra à palavra* é, contudo, radicalmente diferente do que se passa no diálogo. Aí as réplicas são gramaticalmente separadas e não são integradas num contexto único. Com efeito, não existem formas sintáticas com a função de constituir a unidade do diálogo. (BAKHTIN, 1986, 145).

Por perceber a precariedade das categorizações gramaticais no estudo da interação verbal, Bakhtin vai criticar a confusão freqüente que os lingüistas fazem entre a oração e o enunciado. Segundo ele, a razão principal desse erro está na insistência dos lingüistas tradicionais em analisar o enunciado partindo das categorias de base eminentemente estruturais formuladas pela lingüística. Ele afirma que:

Para convencer-se da elementaridade fundamental de todas as categorias lingüísticas, basta tomar a enunciação completa [...] constituída por uma única palavra. Se aplicarmos todas as categorias usadas pelos lingüistas a essa palavra, fica evidente que essas categorias definem a palavra exclusivamente em termos de um elemento potencial da fala e que nenhuma engloba a enunciação completa. [...] A expansão dessa palavra até uma oração completa com todos os seus constituintes [...] sempre nos dará apenas uma oração, e de maneira nenhuma uma enunciação. (BAKHTIN, 1986, 140).

Bakhtin reconhece, no entanto, que os problemas de sintaxe, por serem os que mais se aproximam das fronteiras vivas do discurso, dos atos de fala reais, são de grande valia para a compreensão dos fatos da língua e de sua evolução. Esse estudo, todavia, deve estar orientado por uma perspectiva sociológica de linguagem, na qual, inevitavelmente, os problemas de sintaxe devem ser deslocados da ótica puramente sistêmica.

Dentre esses problemas, Bakhtin elege o fenômeno do discurso citado como tema de fundamental importância para os estudos lingüísticos. O aspecto estático dessa pesquisa no campo da lingüística está, na sua avaliação, no fato de os lingüistas terem olhado o tema do discurso citado como um tema secundário dentro da sintaxe, além de o estudarem fora do contexto narrativo. Nas palavras do próprio autor:

...o objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo. Na verdade, eles só têm uma existência real, só se formam e vivem através dessa inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.
(BAKHTIN, 1986, 148).

Com a idéia de que o discurso literário é o que mais se aproxima e esclarece os fenômenos da inter-orientação socioverbal, Bakhtin analisa, nos capítulos 10 e 11, a partir de fragmentos retirados da literatura de sua época, alguns esquemas e variantes do discurso direto, do discurso indireto e do discurso indireto livre, mostrando os diferentes modos de apreensão da voz do outro em cada variante específica desses esquemas de base. Antes disso, porém, o autor mostra a precariedade desses esquemas quando tentamos tratá-los apenas no plano do verbal. Segundo ele:

Estamos bem longe, é claro, de afirmar que as formas sintáticas - por exemplo as do discurso direto ou indireto - exprimem de maneira direta e imediata as tendências e as formas da apreensão ativa e apreciativa da enunciação de outrem. É evidente que o processo não se realiza diretamente sob a forma de discurso direto ou indireto. Essas formas são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas. (BAKHTIN, 1986, 147).

A afirmação de Ducrot, portanto, aparece como um visível contraste aos estudos lingüísticos de Bakhtin, o que nos autoriza, nesse ponto da discussão, a fazer uma segunda indagação: por que Ducrot, antes de fazer sua afirmação de que Bakhtin nunca colocou em cheque a unicidade do sujeito falante, não se preocupou em conhecer a teoria lingüística do autor?

Se tivesse tido tal preocupação não teria afirmado o que disse e também se teria poupado de dizer que " a teoria de Bakhtin [...] sempre foi aplicada a textos, ou seja, a seqüências de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos." (16) Na leitura de Marxismo e filosofia da linguagem, o autor teria percebido que Bakhtin não distingue discurso de enunciado, enunciado de ato de fala ou ato de fala de texto. Isso, para um lingüista tradicional, certamente seria apontado como imprecisão conceitual; no entanto, há que se considerar aqui a diferença de perspectiva, de concepção de linguagem, com que Bakhtin encara os estudos lingüísticos. Na sua visão, toda a nomenclatura citada acima aponta para um único fenômeno: o uso efetivo da linguagem em situações concretas de interação. O enunciado, para Bakhtin (Volosshinov), não é, como pensam os lingüistas tradicionais, um nível superior da sintaxe, mas sim a fusão entre a língua (o elemento verbal) e os elementos extraverbais do discurso. Nas palavras do autor:

The meaning and import of an utterance in life (of whatever particular kind that utterance may be) do not coincide with the purely verbal composition of the utterance. Articulated words are impregnated with assumed and unarticulated qualities. What are called the 'understanding' and 'evaluation' of an utterance (agreement or disagreement) always encompass the extraverbal pragmatic situation together with the verbal discourse proper. Life, therefore, does not affect an utterance from without; it penetrates and exerts an influence on and utterance from within, as that unity and

(16)Ibidem, p. 161.

commonness of being surrounding the speakers and that unity and commonness of essential social value judgments issuing from that being without all of which no intelligible utterance is possible. (VOLOSSHINOV, 1976, 105-106).

Ducrot, portanto, embora desejando superar os limites da lingüística tradicional, continua vendo o enunciado só no seu aspecto verbal. O autor permanece, assim, reificando o verbal, atado à unidade da frase, confundindo-a com enunciado. Agindo dessa forma, Ducrot atualiza a fala de Bakhtin de que: "O lingüista sente-se mais à vontade quando opera no centro de uma unidade frasal. Quanto mais ele se aproxima das fronteiras do discurso, da enunciação completa, menos segura é sua posição. " (BAKHTIN, 1986, 140).

Da discussão que fizemos até aqui, surgem, inevitavelmente, duas questões que precisam de maior análise. A primeira delas diz respeito ao conceito de enunciado. Acreditamos ser necessário definir melhor esse conceito no interior de uma concepção social e histórica de linguagem, pois isso nos levará a um entendimento maior das bases teóricas e metodológicas propostas por Bakhtin em seus trabalhos. A segunda questão, por seu turno, pretende ser uma reflexão sobre as especificidades do objeto científico nas ciências humanas, envolvendo a distinção entre esse objeto e o objeto das ciências naturais, buscando entender a participação ativa e responsável que deve ter o ouvinte-leitor na geração de significação da voz científica do outro.

Essas duas questões serão objeto, respectivamente, do segundo e terceiro capítulos deste trabalho.

POR UM CONCEITO SOCIOLÓGICO DE ENUNCIADO

A conceituação de enunciado que discutiremos neste capítulo é de base sociológica. Para chegar a ela, no entanto, faz-se necessária uma discussão sobre a noção de signo. No nosso entender, sem antes termos uma visão clara sobre os diversos sistemas de signos constituídos pela humanidade e sem antes entendermos as relações possíveis entre os sujeitos e esses sistemas, é impossível abordar o enunciado sob a ótica a que nos propomos.

Outra razão para que tomemos o signo como ponto de partida de nossa reflexão prende-se ao fato de que é a partir da enunciação desse conceito que se desenvolveu o pensamento estrutural e formal de Saussure. Somente a partir da visão de que o signo lingüístico possui apenas duas faces, *significante* e *significado*, é que foi possível a Saussure a separação entre a língua e a fala, o isolamento dos sujeitos e da história na composição dos sistemas de signos e a formulação do sistema lingüístico como um sistema de formas imutáveis. Como se vê, o conceito de signo é central na teoria saussuriana, e uma nova fundamentação, uma nova concepção de linguagem, não pode, como veremos adiante, prescindir de uma reflexão cuidadosa sobre a natureza do signo.

O mérito de Saussure está justamente em ter sistematizado uma visão de língua humana, partindo do signo. E, mesmo transcorrido quase um século do lançamento de suas idéias, o contexto da lingüística atual parece até agora não ter superado as bases teóricas que ele lançou. As dicotomias língua x fala; diacronia x sincronia; lingüística interna x lingüística externa, formuladas pelo autor, estão tão presentes hoje como no passado. E a razão disso tudo está, admita-se ou não, na conceituação de signo proposta por

Saussure. É esse conceito que garante a abstração do falante e que possibilita o olhar eminentemente material (formal) sobre a linguagem. E é, também, esse mesmo olhar sobre o signo que nos faz permanecer seguros nos limites estreitos da frase, já que ela é o ambiente mais propício para se perceber as oposições entre os elementos da língua.

Achamos não ser demais afirmar que a lingüística deste século caminhou muito pouco além do que foi proposto por Saussure. Mesmo quando ela substitui a unidade frasal pelo discurso (texto), aí também podemos perceber os pressupostos científicos de Saussure. Afinal, se tomarmos o discurso como um conjunto de referências formais, esse modo particular de ver o texto não deixa de ter como pressuposto um conceito saussuriano de signo.

O sistema abstrato de língua, concebido por Saussure a partir de sua conceituação de signo, foi fundamental para o desenvolvimento da lingüística estrutural, mas criou sérias limitações para os estudos semânticos da linguagem humana. Seu signo abstrato, duplamente facetado, sempre igual a si mesmo, é exemplar para o estudo formal (fonológico, morfológico e sintático) da língua, mas se mostra inconsistente para o estudo da significação contextualizada, em que os sujeitos são componentes inseparáveis da linguagem. É claro que é possível, em princípio, uma semântica a partir de Saussure, porém ela será sempre sistêmica e seu objeto nunca poderá exceder à palavra dicionarizada, estática e monológica. O sistema de Saussure se mostra particularmente frágil nesse campo, e essa fragilidade está, repetimos, na sua concepção de signo lingüístico. Ao não ter se preocupado mais detidamente sobre a partir de que processo social se dá a convenção dos signos e também sobre a natureza das transformações dos sistemas de signos, Saussure deixou lacunas no seu modo de pensar a linguagem que, no nosso

entendimento, só podem ser resolvidas adequadamente no quadro de uma lingüística de base sociológica. Isso só é possível, no entanto, a partir de uma nova conceituação de signo. Vamos a ela, resumindo os passos de Bakhtin sobre o assunto.

Para se estudar o signo a partir de um ponto de vista sociológico, porém, antes de tudo é preciso considerar o universo social como um conjunto heterogêneo de interesses e objetivos, na maioria das vezes conflitantes, que estão em constante processo de interação socioverbal. Essa heterogeneidade de interesses e objetivos está materializada na mais ampla variedade de atividades sociais a que se dedica o homem, e é responsável pela divisão da realidade social em focos de observação distintos, em visões de mundo distintas. Por consequência disso, cada uma dessas esferas isoladas acaba por criar, para si, modos específicos de orientar-se em relação a ela, criando dessa forma universos específicos de representação, desenvolvidos historicamente e marcados, interna e externamente, por características semântico-discursivas singulares em relação ao contexto social geral. Assim, todos esses universos de representação particular constituem-se em domínios ideológicos⁽¹⁾ específicos, já que a partir deles é possível vislumbrar ora uma classe social, ora uma esfera de atividade produtiva ou intelectual, etc. Resguardadas as suas especificidades axiológicas, contudo, todos esses universos particularizados na filosofia, arte, direito, política, religião, ciência,

(1) Neste ponto da discussão, cabe uma observação importante em relação aos termos *ideologia*, *visão de mundo* e *axiologia*, utilizados acima. Agora e durante toda a seqüência deste trabalho esses termos serão usados como correspondentes, uma vez que Bakhtin não faz entre eles qualquer tipo de distinção, usando-os como termos intercambiáveis. Embora siga os pressupostos gerais da teoria marxista, Bakhtin não se apropria do termo ideologia no sentido de *falsa consciência*, acepção mais comumente inferida da obra de Marx, mas sim da acepção de ideologia como *visão de mundo*, como conjunto de práticas e valores de uma dada classe ou grupo social, acepção menos freqüente, é verdade, mas também encontrada na obra daquele autor, conforme nos indica Raymond Williams.

economia, e também no cotidiano, sofrem uma influência social que lhes é comum, isto é, todos são determinados, em última instância, pela base econômica. Assim, na medida em que o sistema de produção se altera, alteram-se também os universos específicos; estes podem tornar-se mais complexos, novos domínios de representação podem aparecer, enquanto outros se tornam obsoletos, etc.

A orientação de cada um desses universos de representação em direção à realidade é garantida, por sua vez, por um universo de signos específicos. Cada campo do conhecimento, da política ou da arte possui, digamos assim, um estofo próprio de significação. Os signos nascem, então, com a função de *significar*, a partir do rol de necessidades imposto pela complexificação das bases econômicas às mais diversas áreas do campo social. E tudo que passa a ter um significado, que se torna convenção, é um elemento do mundo exterior, constituído no processo de interação social. Essa interação, contudo, só é possível entre indivíduos devidamente socializados. Como afirma Bakhtin:

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de 'natural' no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. (BAKHTIN, 1986, 35).

Outro aspecto que corrobora a exterioridade do signo, tornando-o objeto concreto de estudo, é a sua materialidade social. Afinal, para poder existir, todo o signo precisa se apoiar em um elemento material, seja ele a cor, o gesto, a palavra, o som, etc. Essa materialidade do signo, no

entanto, é apenas relativa ao processo de convenção formal dos signos, pois é essa convenção que vai garantir a sua utilização. Nesse sentido, portanto, não podemos confundir a materialidade dos signos com a materialidade dos objetos naturais ou sociais. Uma ferramenta qualquer, por exemplo, não possui a capacidade de significar, está atada a sua função técnica, não passa de simples objeto. Por outro lado, todo objeto natural ou social pode passar para o domínio dos signos. É o caso, por exemplo, da balança como símbolo da ideologia jurídica. A balança, enquanto instrumento destinado a medir pesos, coincide inteiramente com a sua função de objeto: não reflete e não refrata nada além de sua própria natureza. Mas a balança, transformada em signo, passa a refletir um universo de domínio social específico e a sofrer, de outros, avaliações distintas à sua própria realidade.

O gesto dos dedos em "V", característico do movimento hippie das décadas 60 e 70, que se tornou famoso pela ideologia contestatória que representava, também é um bom exemplo para entendermos corretamente o problema da materialidade dos signos; isto é, que um signo só é material e objetivo enquanto elemento gerador de significados. Afinal, esse mesmo gesto, realizado hoje diante de pessoas que não viveram naquela época e que desconhecem a base daquele movimento, é totalmente vazio de significação. Os dedos em "V", para essas pessoas, não é nada mais que mero movimento do corpo, já que sua expressão material coincide inteiramente com o próprio gesto. O gesto, nesse caso, é um fato inteiramente natural e objetivo, mas não um signo. Além de clarear a questão da materialidade do signo, esse exemplo também é bom para afirmar a necessidade do terreno interindividual na criação e na manutenção dos signos. É esse terreno que dá vida material e conceitual aos signos ou lhes decreta a morte definitiva, pois uma ideologia e o seu conjunto de signos só sobrevive dentro do contexto social quando ela é

energizada pela corrente da comunicação socioverbal; isto é, quando ela ainda possui alguma espécie de valor social, econômico ou político dentro do contexto geral.

Embora todo signo represente em primeira instância uma ideologia determinada com uma orientação e uma avaliação própria da realidade, a partir do momento mesmo em que se constitui em signo passa a sofrer as orientações e as avaliações dirigidas pelos demais domínios sociais. O movimento hippie, exemplificado acima, enquanto simbolizava a contestação a um modo de existência era também, ao mesmo tempo, contestado por outros posicionamentos ideológicos. Os dedos em "V", que para alguns era alegria e símbolo de esperança, para outros simbolizava a alienação, a covardia, a imaturidade, a irresponsabilidade, etc.

O significado dos signos não é, portanto, unilateral e nem estático. Tudo o que significa encerra, no interior de sua significação, contradições ideológicas. Daí Bakhtin afirmar que:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. (BAKHTIN, 1986, 32).

Essa característica do signo de refletir e refratar, ao mesmo tempo, realidades distintas, assume importância fundamental para entendermos o processo de formação da consciência humana, pois nenhum signo passa a fazer parte de nossa consciência se não vier carregado de uma orientação semântico-ideológica específica. Qualquer signo social só passa a

fazer parte de nosso universo axiológico quando nos é apresentado como expressão de uma visão de mundo específica. Em outras palavras, a consciência individual é, assim como os sistemas de signos, um fato socioideológico. A consciência não pode ser explicada, portanto, como um fenômeno subjetivo, muito menos a partir de raízes supra-humanas, pois todo material semiótico do indivíduo é formado no contexto de interação como o resultado do constante diálogo social. Tudo que adquire um significado no mundo exterior passa a compor o fundo perceptível possível da consciência humana, ou seja, o seu conteúdo semiótico. O homem, destituído desse conteúdo, permaneceria para sempre em seu estado vegetativo. Sem o concurso dos signos, a objetivação da consciência humana seria impossível, pois são eles o alimento do corpo semiótico. O estado natural (biológico) do homem é apenas o ponto de partida da consciência, mas não pode ser entendido como ela mesma; o biológico precisa da encarnação material em signos.

Nosso entendimento do mundo começa, então, com a decodificação dos signos familiares do gesto, da entonação, do riso, etc., e vai se complexificando somente na medida em que somos expostos historicamente a situações que exijam de nós uma ampliação semiótica. Nessas situações, os signos estabelecem uma cadeia contínua e ininterrupta de interações que não se quebra em nenhum momento. Um signo, para ser decodificado, precisa de outros; sem essa condição, todo ato de compreensão verdadeiro é impossível e, sem compreensão, a formação da própria consciência seria impossível.

Disso podemos concluir que é o significado historicamente contextualizado o componente de maior importância na apreensão dos signos. Embora todo signo faça parte de um sistema de representação (e a linguagem

é um desses sistemas), não é desse sistema que assimilamos o seu significado, e sim do uso do signo nas situações concretas das relações humanas. Todo signo, retirado do contexto vivo da comunicação, deixa de ser um signo e transforma-se meramente em sinal, pois o único diálogo capaz de estabelecermos a partir dele é o diálogo sistêmico. Seu valor, sua forma e seu significado só podem ser entendidos no interior do próprio sistema de que faz parte, no confronto desse signo com os demais elementos do mesmo sistema. Nas palavras de Bakhtin, isto significa que:

O processo de decodificação (compreensão) não deve, em nenhum caso, ser confundido com o processo de identificação. Trata-se de dois processos profundamente distintos. O signo é decodificado; só o sinal é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e imutável). O sinal não pertence ao domínio da ideologia; ele faz parte do mundo dos objetos técnicos, dos instrumentos de produção no sentido amplo do termo. (BAKHTIN, 1986, 93).

Uma placa de trânsito indicando "proibido estacionar", por exemplo, inserida no contexto geral do trânsito é decodificada como uma orientação semântica precisa de que em um determinado local é proibido estacionar; cumpre, assim, sua função de signo. A mesma placa, retirada do seu sistema original, pode também ser afixada jocosamente na porta de um quarto, indicando que o seu ocupante, a partir do momento que entra nele, não quer aproximação ou interrupção de qualquer espécie. Nesse caso, a orientação semântica imprimida no signo o dirige para um contexto vivo de significação, tornando funcional o sinal material da placa. No entanto, a mesma placa jogada a um monte de entulho no fundo de um quintal não

cumprir função semiótica nenhuma. O único significado que lhe podemos atribuir é o significado primitivo concebido no interior do próprio sistema. Identificamos a placa como "proibido estacionar", mas nessa situação ela é um signo completamente neutro, ou seja, não passa de um sinal, de um elemento técnico que se pode utilizar em uma dada situação real, assim como um martelo que descansa na caixa de ferramentas à espera do uso.

Assim, todo sistema de representação, construção social e histórica, é sempre um conjunto de formas, cujo potencial significativo tende ou para o estágio inferior: para a sinalidade; ou para o estágio superior: a significação contextualizada. As afirmações de Bakhtin sobre a palavra ilustram bem o que dissemos. Segundo ele:

A investigação da significação de um ou outro elemento lingüístico pode [...] orientar-se para duas direções: para o estágio superior [...]; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior [...]; nesse caso, será a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada. (BAKHTIN, 1986, 131).

O sistema lingüístico idealizado por Saussure, a partir da sua concepção de signo com apenas duas faces, na verdade não é um sistema de signos verbais no sentido que vimos discutindo, e sim um sistema de sinais verbais, uma vez que as unidades que o compõem são sempre iguais a si mesmas. À semântica de qualquer palavra dentro do seu sistema só podemos opor a semântica de outra palavra dentro do próprio sistema. É precisamente devido a esse aspecto que o seu sistema funciona tão bem como base dos estudos formalizantes das línguas humanas. Esse sistema, no entanto, é uma ficção, já que por ele fica totalmente impossível entender o processo dinâmico

de mudança nas línguas e entender também o fenômeno de orientação ideológica próprio dos signos.

De todos os sistemas de signos, a linguagem humana se apresenta como o sistema de maior importância, já que a palavra é o signo que melhor expressa as mudanças que estão ocorrendo no interior da dinâmica social. Para entender melhor, no entanto, a importância e a natureza dos signos verbais, é preciso entender corretamente a relação entre esse sistema e os diversos universos de representação (domínios ideológicos específicos) existentes no corpo social geral e compreender qual o grau de importância da palavra no material semiótico da consciência.

Já dissemos que cada campo de domínio específico cria, para o tipo de relações sociais que estabelece, sistemas de representação particularizados, através de signos e símbolos específicos. Todos esses sistemas, todavia, se comparados com o sistema verbal, são consideravelmente mais simples e não podem suplantam a necessidade do uso do signo verbal. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que o material verbal é comum a todos os campos da atividade humana. Todos, sem exceção, se apóiam nesse material, interagindo principalmente através dele. Essa interação só é possível, por sua vez, porque a palavra possui um componente de neutralidade em relação a qualquer domínio específico. Toda palavra reflete uma condição de código (sistema de uma língua), mas, ao mesmo tempo, possui a condição de refratar essa realidade sistêmica, bem como outras realidades sociais. Isto é, toda palavra, assim como qualquer outro tipo de signo, pode tender ou para o estágio inferior de significação ou para o superior, para o contexto real de comunicação. No estágio inferior, o conjunto de signos verbais se transforma em um código, é abstraído da função para a qual foi criado, rebaixando-se à condição de mero conjunto de

sinais utilizáveis. Aqui as palavras tendem sempre para o sistêmico e para a significação dicionarizada. No uso da palavra, entretanto, no seu estágio de significação superior, a palavra nunca é compreendida sistemicamente, mas somente a partir do grau de intencionalidade, de orientação, que nela é imprimida. Num dado contexto de uso, várias pessoas podem repetir uma mesma palavra, ou um conjunto de palavras, orientada(s) por pontos de vistas completamente distintos. Um "Bom dia" repetido seguidas vezes num ambiente qualquer de trabalho pode significar muito mais do que é capaz de expressar o material verbal. Através da entonação conferida às palavras o enunciado pode significar exaltação, ânimo, tristeza, má vontade, etc. Afinal, na realidade viva da linguagem, a possibilidade de orientação ideológica diferente sobre as palavras é quase inesgotável. Toda palavra em uso pode coincidir consigo mesma no seu significado sistêmico, pode negar esse significado ou expressá-lo de forma completamente distinta. Toda palavra que expressa alegria pode ser transformada na expressão da mais pura tristeza, do ódio, etc. Daí Bakhtin afirmar que:

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* E assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 1986, 95).

Dentro de uma sociedade verbalmente constituída, de uma mesma comunidade semiótica, portanto, existem diferentes classes sociais e diferentes campos de domínio específico com diferentes orientações sobre a realidade. Embora uma comunidade social fale uma mesma língua, os índices

de valores contraditórios que incidem sobre essa língua não decorrem dela propriamente, mas sim dos pontos de vista particularizados que se confrontam no palco das relações sociais.

Essa característica dialógica da palavra de sempre marcar uma intencionalidade, força-nos a um novo entendimento de nossa relação com o aprendizado das línguas humanas. Embora toda palavra possua o seu componente de sinalidade, não é desse componente que aprendemos a utilizar a língua. Toda palavra só passa a fazer parte de nosso material semiótico a partir da apreensão ativa e compreensiva da palavra do outro, que vem sempre carregada de uma expressão valorativa. Nesse sentido, então, podemos entender a palavra como um signo especial, marcado por três aspectos distintos e indissociáveis ao mesmo tempo. Enquanto sinal, toda palavra é uma convenção primitiva deslocada das situações concretas de interação e, nesse caso, aponta sempre para o sistema da língua, que é, repetimos, um momento ideológico abstrato. Entretanto, colocada em contextos históricos distintos (micro e macro históricos) a palavra está sempre marcada por matizes semântico-ideológicos das vozes alheias, das quais selecionamos a orientação que melhor se enquadra a nossa visão de mundo em nossos contextos de enunciação. Mas, como todo falante ou escritor pode carregar a palavra com uma intencionalidade subjetiva, nesse momento podemos considerá-la também como ato individualizado, no conjunto das interações sociais. Somente nesse caso a palavra ressoa como propriedade de quem a enuncia. A partir dessas colocações, podemos entender melhor a afirmação de Bakhtin de que toda palavra existe em pelo menos três momentos diferentes:

... como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como *palavra do outro* pertencente aos

outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como *minha* palavra, pois na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. (BAKHTIN, 1992, 313).

A expressividade a que se refere Bakhtin deve ser entendida como um modo de orientação ideológica específica, isto é, como um ponto de vista. A marcação dessa expressividade, no entanto, possui características próprias na linguagem oral, que são diferentes na linguagem escrita. Na oralidade, a força de nossa intencionalidade é marcada principalmente pela entonação. Uma palavra enunciada de forma pausada pode significar ironia; de forma lenta e irritada, recriminação; e assim por diante. Na linguagem escrita, porém, as coisas ficam um pouco mais complicadas. A orientação ideológica no texto escrito sempre vai exigir um número maior de palavras do que a oralidade, ou a criação de um contexto previamente avaliativo para o tratamento de um tema ou de um ponto de vista alheio. O discurso citado, escrito, exemplifica bem diversas maneiras de marcar a expressividade subjetiva na linguagem escrita. Porém, tanto na oralidade quanto na escrita, o modo de orientação ideológica vai depender também do tipo composicional pelo qual construímos o nosso discurso. Mais tarde trataremos disso ao abordar a questão do estilo no enunciado. Num gênero ou no outro, no entanto, nunca é demais frisar que a expressividade (intencionalidade) da palavra "não pertence à palavra como unidade da língua e não entra na composição de sua significação, mas apenas reflete a relação que a palavra e sua significação mantêm com o gênero, isto é, com os enunciados típicos." (BAKHTIN, 1992, 312).

Outro aspecto da palavra que a eleva à condição de signo mais importante na relação de comunicação humana é o fato de ela ser o material

privilegiado do conteúdo semiótico da consciência. O mundo exterior é quase que totalmente objetivado em nossa consciência através da palavra, que não depende, para sua existência, de nenhum outro material que não seja o fornecido por nosso corpo físico. Uma cor, um som, ou uma figura qualquer, enquanto signos, sempre dependerão de um equipamento externo ao corpo para a sua realização, o que os obriga a serem assimilados na nossa consciência pela base verbal. Só a palavra, portanto, pode ser maximamente assimilada pelo corpo individual, tornando-se o elemento principal de nossas ações semióticas. Embora do ponto de vista conceitual a origem da palavra seja social, enquanto realização física ela é inteiramente individual. A consciência individual não poderia manifestar-se totalmente se não dispusesse de um material flexível e de fácil veiculação pelo corpo.

Isso determina o papel central da palavra no conjunto de signos que compõem o material semiótico da consciência. Na verdade, todo fenômeno ideológico, todo ato de compreensão e entendimento do mundo precisa da palavra como ponto de referência. Todo material semiótico de nossa consciência, que num primeiro estágio se apóia nos signos visuais e gestuais, se amplia, na medida em que amadurecemos socialmente, em direção à palavra. É na sua interiorização, que se dá a partir do mundo exterior, que adquirimos nossa forma individual de orientação para a realidade. Bakhtin adverte, no entanto, que:

Isso não significa, obviamente, que a palavra possa suplantar qualquer outro signo ideológico. Nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. É impossível, em última análise, exprimir em palavras, de modo adequado, uma composição musical ou uma representação pictórica. Um ritual religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras. Nem sequer existe um substituto verbal realmente adequado para o mais simples gesto humano[...]. Todavia, embora

nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apóia nas palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e de seu acompanhamento musical. (BAKHTIN, 1986, 38).

O caráter dinâmico da palavra como elemento principal e comum no diálogo dos diversos domínios sociais e como signo privilegiado do material semiótico individual, no entanto, não pode ser apreendido numa concepção abstrata de linguagem. A dinâmica viva da palavra só pode ser observada na realidade efetiva da comunicação, isto é, em enunciados concretos, realizados em situações concretas de interação verbal. Seguindo esta perspectiva, resta-nos, agora, caracterizar nossa unidade de análise, isto é, o enunciado, no quadro da concepção de linguagem que assumimos do início até o presente momento do trabalho.

Começemos por uma citação de Bakhtin que, embora antiga, representa bem a visão de enunciado e de oração que possui a lingüística atual. Segundo ele:

Muitos lingüistas (no campo da sintaxe) são prisioneiros dessa confusão: o que estudam como oração é, na realidade, uma espécie de *híbrido* da oração (unidade da língua) e do enunciado (unidade da comunicação verbal). As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente lingüística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda das unidades da língua - palavras, conjunto de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma unidade da fala (o que acontece sobretudo na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal. (BAKHTIN, 1992, 297).

O passo inicial de distinção entre enunciado e oração está, portanto, no "momento temático". Esse momento é fundamental para que possamos sair do terreno neutro do material verbal que constitui a língua, pois representa um momento vivo de uso da linguagem no plano da comunicação real. O momento temático é, assim, um momento real da comunicação, enquadrado histórica e socialmente, que congrega, no contexto preciso de interação, elementos verbais e extraverbais da situação e que pressupõe, para sua realização, interlocutores com ações e reações específicas. Essas características do momento temático é que marcam sua especificidade no conjunto da comunicação geral.

No terreno do enunciado não existe, portanto, fala sem intenção; na realidade viva da linguagem nunca falamos ou escrevemos para dizer "nada". Mesmo o mais simples de nossos monólogos está sempre carregado de intencionalidade e sempre dirigido a um ou mais interlocutores, mesmo que apenas imaginados. Quando usamos a linguagem somos sempre motivados pelo desejo de discutir, alegrar, acrescentar, negar, emocionar, etc., e esse nosso desejo nunca está dirigido a entidades abstratas, senão para sujeitos concretos a quem nos dirigimos pela palavra, estejam eles presentes ou não durante nosso ato de enunciação.

Nesse sentido podemos afirmar, então, que o enunciado é, em si, não reiterável. Podemos ouvir e repetir em momentos diferentes um enunciado do tipo "Essa música é muito bonita." No plano do material verbal, ninguém poderá afirmar que não se trata da mesma seqüência enunciada; porém, no que se refere ao contexto da enunciação, ao momento temático, tal afirmação seria impossível. Isso porque em cada novo momento em que essa seqüência é repetida nos encontramos inevitavelmente diante de uma nova situação histórica, com os mesmos ou com novos interlocutores,

com novos elementos extraverbais, com intenções diferentes das motivadas pelos contextos anteriores e, conseqüentemente, com a geração de novas "respostas" por parte dos novos interlocutores envolvidos no contexto da enunciação.

O enunciado não é, repetimos, reiterável, porque todo novo contexto de enunciação é sempre criador de novas respostas. E é particularmente o caráter dialógico-responsivo do enunciado que o transforma no principal veículo das relações lingüísticas e sociais. Ao falar ou escrever estamos sempre esperando reações de resposta de nossos interlocutores; esperamos deles aceitação, complemento, conclusão, sugestão, crítica, etc. Na consideração de Bakhtin:

De fato, o ouvinte, que recebeu e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é todo constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente. (BAKHTIN, 1992, 290).

Numa reunião familiar casual, por exemplo, alguém pode elogiar um parente qualquer, ausente do contexto da enunciação, fazendo a seguinte afirmação: " Fulano é um pai dedicado." A avaliação e, conseqüentemente, a resposta a esse enunciado vão depender do grau de

aproximação, de amizade e de relacionamento que cada um dos interlocutores mantém com o sujeito mencionado. Para um dos interlocutores pode ser que o enunciado figure como inteiramente verdadeiro; a resposta, nesse caso, se dá então por concordância total ao expressado. Mas pode haver, também, concordância parcial ao que foi dito, recusa total, críticas, repulsa, acréscimos, etc. De uma forma ou de outra, é indiscutível o fato de que nenhum participante ficará neutro em relação ao que foi enunciado. Mesmo que somente um entre os presentes materialize lingüisticamente sua opinião sobre o que foi enunciado, todos os demais certamente assumirão diante do que foi dito uma posição de resposta, ainda que esta fique apenas no pensamento. A linguagem em uso está, portanto, sempre intencionalmente orientada a interlocutores reais e pressupõe, justamente por isso, que nenhum enunciado, por menor que seja, deixe de provocar respostas.

Esse caráter responsivo do enunciado é um traço distintivo muito importante na diferenciação entre enunciado e oração. Bakhtin é bastante preciso nesse sentido ao falar da oração. Segundo ele:

A oração, assim como a palavra, é uma unidade significativa da língua; por isso, considerada isoladamente - por exemplo, 'Saiu o sol' -, é totalmente inteligível, ou seja, compreendemo-lhe a *significação* lingüística, a *eventual* função num enunciado. Não obstante é impossível adotar, a respeito dessa oração isolada uma atitude responsiva ativa, a não ser que saibamos que o locutor, mediante essa oração, disse *tudo* o que queria dizer, que essa oração não é precedida nem seguida de outras orações provenientes do mesmo locutor. Mas assim, já não é uma oração e sim um enunciado com todos os seus direitos, composto de uma única oração[...]. (BAKHTIN, 1992, 306).

Se fosse um enunciado, a expressão "Já saiu o sol" poderia, dependendo do contexto de enunciação, provocar uma resposta do tipo "Já

saiu o sol, estamos atrasados!", ou "Eu sei, mas ainda é muito cedo para sairmos", ou ainda "Eu não perguntei nada, deixe-me dormir.", etc.

Em todos esses casos, a resposta estaria orientada para o ato vivo da comunicação iniciada. Em se tratando apenas de uma oração, no entanto, a expressão "Já saiu o sol" não passa de mero potencial lingüístico do ato de significar, cuja significação total não pode ser avaliada senão no conjunto das demais orações que compõem o sistema lingüístico. A oração reduz-se, assim, a simples aparato técnico de realização do ato real de significação. Em si, sua capacidade de significar fica reduzida ao sistema abstrato da língua, de natureza essencialmente gramatical e monológica.

Ao contrário da oração, o enunciado tende sempre a um estágio superior de significação: a significação contextualizada, que se caracteriza por um conjunto dinâmico e vivo de signos. O enunciado, assim entendido, é a energia que movimenta o sistema lingüístico no quadro da comunicação real. Esse movimento, no entanto, só é possível quando apoiado numa certa estabilidade de significação das palavras, isto é, no seu componente de literariedade, que se altera, de forma lenta e gradual, a partir do universo efetivo da comunicação real. Com isso, queremos apenas afirmar que o enunciado, por extensão o momento temático, não pode prescindir do aparato técnico-material fornecido pelo sistema lingüístico, o que não anula o fato de considerarmos enunciado e oração como coisas completamente distintas. Nada impede, por exemplo, que se faça um estudo sistemático da significação, tomando como objeto central de análise a oração. Esse estudo, no entanto, sempre tenderá para o estágio primitivo da significação das palavras, sistêmico e abstrato. Certamente pode ser feito, desde, é claro, que o especialista tenha consciência de que o que faz não pretende ir além da abstração.

Numa concepção social de linguagem, portanto, a unidade básica de análise do lingüista será sempre o enunciado. Pois, como afirma Bakhtin:

A língua materna - a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical -, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam. (BAKHTIN, 1992, 301).

E o plano de interesse no estudo do enunciado deve centrar-se sobretudo e fundamentalmente na sua significação superior, no seu sentido temático. Afinal, é pelo sentido das palavras daqueles que nos rodeiam que aprendemos a língua, é na compreensão do sentido das palavras do outro que elaboramos nossas respostas aos enunciados que ouvimos e é também a partir de minha intenção de significação, do sentido que emprego as minhas palavras, que construo o meu enunciado. Na linguagem vista dessa forma, a significação nunca é determinada pelo material verbal, mas sim pelo momento temático.

Como exemplo de enunciados, todavia, não devemos pensar apenas nas falas breves, facilmente observáveis nos diálogos cotidianos, como é o caso das exemplificações utilizadas acima. Dissemos, no início deste capítulo, que uma sociedade complexa está dividida em vários universos de representação da realidade com orientação e interesses sociais específicos. Dissemos, também, que cada um desses universos, em função de suas necessidades, cria sistemas de representação próprios, possuindo toda uma sorte de signos e símbolos específicos. De todos esses sistemas específicos de representação, ressaltamos a linguagem verbal como o principal dos sistemas

de signos, já que a palavra possui a característica de se adequar às mais variadas finalidades da comunicação geral, no interior da sociedade. Mas, como a palavra viva só existe de fato na dinâmica do enunciado, cada área de orientação específica dentro do contexto social elabora e cria, então, suas próprias formas de enunciados. Para cada campo do pensamento e das atividades sociais existem formas relativamente padronizadas de comunicação. A filosofia, a arte, a religião, a economia, a política, o direito, a burocracia de um modo geral, etc., cada uma dessas áreas possui, a partir da complexidade de suas relações internas e externas, determinadas historicamente, padrões relativamente estáveis de construção de enunciados, os quais denominaremos, a partir de agora, e seguindo Bakhtin, de gêneros discursivos. Sobre esse assunto ele afirma que:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a *heterogeneidade* dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas). E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários (desde o ditado até o romance volumoso). (BAKHTIN, 1992, 279-280).

Cada um desses gêneros discursivos possui, digamos assim, uma aura estilística própria. Todo gênero específico trabalha normalmente

com um universo lexical, semântico e temático de certa forma matizado em virtude do espaço de interação lingüística que ocupa. Cada campo da atividade humana, no que se refere à criação e ao uso dos gêneros discursivos, concebe um tipo específico de interlocutor, utiliza-se de uma sintaxe de certa forma padronizada e possui formas bastante regulares para a introdução e para o fechamento dos seus tipos de enunciados. Em outras palavras, todo gênero discursivo possui um momento temático abstrato que funciona como norma das relações lingüísticas contextualizadas.

Essa nova concepção de enunciado nos obriga, forçosamente, a uma revisão da concepção de estilo. Ou seja, em que medida um enunciado reflete ou não o estilo individual do falante ou do escritor? Como afirma Bakhtin:

O enunciado - oral e escrito [...], em qualquer esfera da comunicação verbal - é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual. Mas nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual. (BAKHTIN, 1992, 283).

No caso específico da fala, se tomarmos o estilo como decorrente de aspectos biológicos de fonação, podemos afirmar categoricamente que o estilo é individual e varia, portanto, segundo as características individuais de enunciar. Todavia, considerar o estilo dessa forma significa reduzir em demasia a sua importância. Além disso, teríamos que conceber dois tipos diferentes de estilo: um para a fala e outro para a escrita, já que nesta não poderíamos perceber o aspecto biológico do indivíduo.

A noção de estilo, então, só pode ser corretamente apreendida na observação atenta dos aspectos genéricos do enunciado. Desse ponto de vista, o estilo na escrita e na fala possuem a mesma base; isto é, ambos são sociais. Ambos possuem uma relação orgânica e indissociável com as formas genéricas dos enunciados. O estilo, assim entendido, se dilui nos aspectos composicionais relativamente padronizados das mais diversas esferas das atividades sociais. Nas palavras de Bakhtin:

O estilo é indissolúvelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais; tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.). O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado. (BAKHTIN, 1992, 284).

Nesse sentido, nem sempre o estilo individual integra o enunciado. Em gêneros mais padronizados, como por exemplo as ordens militares, os textos da burocracia em geral ou os enunciados típicos de alguns segmentos jurídicos, etc., o espaço para o estilo individual é praticamente nulo. O máximo de individualidade que pode ser percebido em tais gêneros normalmente se restringe à intencionalidade do falante ou escritor no ato preciso da enunciação. A absorção, pelo enunciado, de um estilo individual é, portanto, estranha à maioria dos gêneros discursivos. Os gêneros mais produtivos nesse sentido são os gêneros narrativos, em quase todas as suas variantes, sejam elas escritas (literatura de ficção ou de informação), sejam orais (narração comum nas relações de interação linguística cotidiana). Nesses gêneros, o estilo individual atua como componente vivo do discurso. Enquanto um autor possui um estilo mais seco e linear, outro pode ser mais

prolixo e redundante; enquanto um é irônico, outro é mais agressivo ou dramático, e assim por diante.

O caráter genérico e normativo do enunciado é, dentro da ciência lingüística, um campo totalmente inexplorado. O único aspecto normativo até hoje estudado pela nossa ciência está limitado ao núcleo frasal e sistêmico. É verdade que hoje o discurso (o texto) tem chamado a atenção de muitos especialistas da linguagem, mas a grande maioria deles ainda se concentra de forma excessiva em questões formais da palavra e da frase, esquecendo-se das particularidades genéricas do discurso vivo que mencionamos acima. Isso se deve, provavelmente, à força que a tradição saussuriana ainda possui na lingüística contemporânea, conforme indicamos no início deste capítulo.

Na nossa conceituação, portanto, os enunciados são formas genéricas, relativamente estáveis das relações de interação lingüística. Mas, como propõe Bakhtin, essas formas genéricas dividem-se em gêneros primários(simples) e gêneros secundários(complexos). Segundo ele:

Os gêneros secundários do discurso - o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. - aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios - por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da

vida literário-artística e não da vida cotidiana.
(BAKHTIN, 1992, 281).

Assim, os gêneros primários são aqueles que englobam toda a sorte de diálogos cotidianos, cumprimentos, correspondências (de toda ordem), ordens militares, etc., formas normalmente mais simples de enunciados, já que na maioria das vezes tratam de temáticas breves e envolvem um número geralmente limitado de interlocutores, além do fato de poderem ser absorvidos pelos gêneros secundários. Os gêneros secundários, entretanto, são mais complexos no sentido de que o seu momento temático se caracteriza por ser historicamente mais longo e por envolver um número de interlocutores muito maior do que aqueles a que se dirigem os gêneros primários. Fazem parte destes gêneros toda a grande produção da arte, da ciência, da política, da estética, da religião, da filosofia, da economia, etc. Todos esses segmentos ideológicos geram uma infinidade de obras - materializadas em livros, tratados, em grandes coleções -, que atravessam a história com quase permanente intensidade de interesse. Esse é, precisamente, o caso das grandes obras filosóficas, científicas, etc. Talvez o exemplo mais significativo desses tipos de gêneros seja o texto bíblico que, apesar de sua história já longa, até hoje não deixou de angariar o interesse mais vivo de um número sempre grande e variado de leitores, adeptos e estudiosos.

Embora as formas genéricas dos enunciados possuam níveis de complexidade distintos, daí a divisão em gêneros primários e secundários, essas formas se apóiam em uma base comum, que possibilita o seu estudo unitário e sistemático. Essa base é, para nós, o diálogo.

O diálogo, por sua vez, se fundamenta em três aspectos básicos e indissociáveis. Todo diálogo se caracteriza por ser um momento gerador de respostas (a neutralidade do ouvinte ou do leitor diante de um enunciado não existe), por marcar o fechamento (a conclusão) textual

individual dos autores envolvidos no processo de interação e ainda por possibilitar o intercâmbio (a troca) de propriedade da palavra desses autores.

Já nos referimos ao aspecto responsivo quando tratamos, nas páginas anteriores, da distinção entre enunciado e oração. Naquele momento, no entanto, utilizamo-nos, para exemplificação, de enunciados simples (gêneros primários), que são as formas mais freqüentemente utilizadas nas relações lingüísticas cotidianas e circunstanciais. No entanto, os gêneros secundários, complexamente estruturados e especializados, com toda a distinção que se pode fazer da relação dialógica que estabelecem, são, em termos de princípios gerais, unidades da comunicação discursiva tal qual os enunciados primários. Em todo enunciado, seja ele composto por uma única palavra, por um conjunto de palavras, ou por um livro dividido em vários capítulos, é possível perceber o traço dialógico. Todo enunciado, simples ou complexo, é sempre uma solicitação de resposta; além disso, sempre é marcado por uma intenção discursiva individual que o caracteriza interna e externamente pelo esgotamento temático momentâneo, gerando suas fronteiras específicas, ou seja, sua conclusibilidade. Este caráter conclusivo do enunciado é facilmente percebido pela maioria dos ouvintes e leitores. Quando ouvimos ou lemos um enunciado, normalmente conseguimos perceber com especial clareza, pelo tom que o autor emprega em seu discurso, o momento final do enunciado. Com a conclusão do enunciado acontece, fatalmente, a troca dos sujeitos discursivos; afinal, é somente a partir da marcação clara das fronteiras de um enunciado que ele pode ser respondido e contestado.

Assim, dentro de uma concepção social de enunciado, o aspecto dialógico é fato comum tanto aos gêneros primários quanto aos gêneros secundários. Como elucida Bakhtin:

A obra, assim como a réplica do diálogo, visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc. A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal de uma dada esfera cultural. A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal; do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela se relaciona com as outras obras-enunciados: com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem, e, ao mesmo tempo, nisso semelhante à réplica do diálogo, a obra está separada das outras pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes. (BAKHTIN, 1992, 298).

A escolha de um gênero primário ou secundário no ato do meu discurso individual dependerá sempre, por sua vez, do momento temático circunstancial em que me encontro. Assim, a forma genérica com a qual produzo o meu discurso é determinada pelo universo social de comunicação em que estou presente, que pode ser o universo da ciência, da religião, da burocracia, da informação, do cotidiano, etc.; pelo interlocutor específico a quem o dirijo e ainda por minha intenção específica diante desse interlocutor. Todavia, embora a minha intenção específica, que pode ser de caráter informativo, educador, pedagógico, repreensivo, comovedor, paródico, e assim por diante, seja a expressão viva de minha vontade discursiva e se afirme ativamente, durante o meu ato de fala ou de escrita não deixo de levar em conta na construção do meu enunciado as possíveis reações de resposta do meu interlocutor. O papel do outro na concretização daquilo que digo é fundamental. É em função da significação que eu pretendo imprimir ao meu discurso e da reação que imagino e espero obter do meu interlocutor que se dá o processo de escolha do gênero e de seus aspectos particulares. Durante meu ato de fala ou de escrita sempre procuro antecipar as possíveis dúvidas

de conteúdo que o meu discurso pode gerar e as possíveis objeções que podem ser levantadas por meu interlocutor. Essa relação entre o sujeito e a construção do seu enunciado individual fica particularmente clara nas afirmações de Bakhtin sobre o ato de fala:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva do meu enunciado. Esses fatores determinarão a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos lingüísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado. Por exemplo, o gênero de divulgação científica dirige-se a um círculo preciso de leitores, com certo fundo aperceptivo de compreensão responsiva; é a outro leitor que se dirigem os textos que tratam de conhecimentos especializados, e é a um leitor muito diferente que se dirigirão as obras de pesquisa especializadas. Em todos esses casos, levar-se-á em conta o destinatário (e seu fundo aperceptivo), e a influência dele sobre a estrutura do enunciado é muito simples: tudo se resume à amplitude relativa de seus conhecimentos especializados. (BAKHTIN, 1992, 321-322).

Com o processo subjetivo de escolha e de construção do enunciado, encerramos aqui a sua conceituação. Nunca é demais, no entanto, lembrar seus traços principais; ou seja: que todo enunciado se caracteriza por ser um conjunto vivo e dinâmico de signos verbais e extraverbais, que possui uma forma genérica de realização desenvolvida historicamente no complexo jogo das relações humanas, que o seu caráter dialógico-responsivo o diferencia da oração (sistêmica e monológica), e ainda que todo enunciado encerra sempre uma intencionalidade subjetiva.

Com essa síntese, vemos a distância que existe entre o conceito de enunciado em Bakhtin e em Ducrot. Enquanto para Bakhtin o enunciado é uma unidade sociológica e real, em Ducrot esse conceito ainda é uma unidade carente de precisão, dada a incapacidade do autor em transcender os limites dos elementos puramente verbais.

São as características do enunciado em Bakhtin que nos servirão de base para a realização do quarto capítulo deste trabalho. Nesse capítulo, analisaremos alguns trabalhos em análise do discurso publicados no Brasil nos últimos anos.

ENSAIO SOBRE UMA ÉTICA DA APREENSÃO DA PALAVRA CIENTÍFICA DO OUTRO NO QUADRO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Definir uma *ética da apreensão da palavra do outro no quadro das ciências humanas* exige, fundamentalmente, a caracterização do enunciado científico, tanto do enunciado das ciências humanas como daquele das ciências naturais. É a partir da caracterização das particularidades da "palavra" relacionada diretamente ao objeto de análise dessas ciências que teremos condições de esboçar uma ética de leitura para as ciências humanas. Ou seja, sem antes definirmos os fatores que concorrem e determinam o uso da palavra no enunciado de cada uma dessas ciências, fica praticamente impossível entender a necessidade de precisar uma atitude de compreensão e interpretação da palavra científica do outro na área das discussões humanas.

Caracterizar e definir o tipo de orientação semântico-ideológica do enunciado das ciências naturais e humanas é, por sua vez, chegar ao ponto culminante de uma discussão anterior e mais geral: a da chamada neutralidade científica. Antes, portanto, de discutirmos as particularidades do enunciado relativamente a cada tipo de ciência, torna-se necessário analisar, ainda que brevemente, o grau de dependência ou independência ideológica referente a cada uma delas. Isto é, é preciso entender até que ponto o conteúdo objetivo das ciências naturais e humanas é afetado por questões de cunho ideológico. Será que ambas sofrem influências ideológicas em igual medida? Ou será que essas influências variam de uma ciência para outra?

Para respondermos a essas questões, partimos aqui do pressuposto de que existe uma distinção entre ciência natural e ciência

humana. Todavia, não entendemos que tal distinção deva ser percebida de forma rigorosa e dogmática. Em uma de suas notas de caderno, percebemos que essa era uma das preocupações de Bakhtin no texto que pretendia escrever sobre epistemologia das ciências. No seu esboço, ele diz:

Diferença entre as ciências humanas e as ciências naturais. Recusar a idéia de uma fronteira intransponível. O procedimento de contraposição[...] foi desmentido pela evolução posterior das ciências humanas. A introdução de métodos matemáticos e outros é um processo irreversível, porém, simultaneamente, desenvolvem-se - e devem desenvolver-se - métodos específicos e, de uma maneira geral, a especificação (por exemplo, a abordagem axiológica). (BAKHTIN, 1992, 385).

Contemporaneamente, Löwy também vai recusar uma divisão estanque entre essas ciências. Segundo ele:

Evidentemente, esta distinção não deve ser concebida de forma absoluta; não existe uma divisão estanque entre as ciências humanas e as ciências da natureza: mesmo se os seus domínios respectivos estão claramente delimitados, há necessariamente entre as duas uma '*no man's land*', um espaço cognitivo intermediário, uma zona de transição onde as esferas se tocam, se interpenetram, se cobrem e se recortam parcialmente. Assim são a ecologia, certos domínios da medicina ou da biologia, da psicologia animal (sem falar da chamada 'sócio-biologia'), etc. (LOWY, 1988, 191).

Não desconhecemos, portanto, que existem casos limítrofes entre uma ciência e outra, ou que uma mesma área de concentração científica (como a lingüística, por exemplo), dependendo do tipo de orientação teórica, possa ser ora classificada de ciência natural, ora de ciência humana. Justificamos, assim, a divisão entre ciência natural e ciência humana, neste capítulo, meramente por uma questão metodológica.

Comecemos, então, focalizando a questão da chamada neutralidade no quadro das ciências naturais, buscando entender até que ponto esse modelo científico prescinde dos julgamentos de valor na apreensão cognitiva do seu objeto de trabalho e análise. Mais precisamente, a questão é saber se existe ou não alguma determinação ideológica na relação entre o cientista natural e os fenômenos naturais que analisa.

No conjunto das ciências naturais contemporâneas, pode-se afirmar que essa relação é determinada ideologicamente de forma apenas relativa. Ou seja, essas ciências são *neutras* apenas naquilo que se refere ao seu aspecto interno; o que corresponde a dizer que o valor cognitivo das ciências naturais (a descrição do seu conteúdo objetivo) em nada é afetado pelas questões ideológicas, excetuando-se obviamente os casos em que se verifica fraude científica. O ato de estudo e de análise que o cientista natural realiza de um fenômeno natural qualquer não está condicionado por seus valores pessoais, muito menos por outros interesses individuais ou coletivos semelhantes aos seus ou divergentes deles.

O mesmo não pode ser dito, porém, daquilo que antecede o trabalho do cientista e que é exterior à sua relação com o objeto. Para a determinação e a escolha de um dado objeto de pesquisa nas ciências naturais, concorrem, inevitavelmente, uma diversidade muito grande de influências, motivadas sempre pelos mais variados e conflitantes pontos de vista sociais. De um modo geral, podemos dizer que a orientação de estudo para determinado objeto natural é, em última análise, uma questão puramente ideológica. Parece um tanto evidente que a seleção dos objetos de pesquisa da ciência natural contemporânea - em decorrência da estreita ligação ciência/produção - responde a anseios econômicos, sociais e políticos das nações e de seus grupos mais poderosos. Essa determinação ideológica pode

ser ou não, evidentemente, corroborada pelo cientista. Num caso ou noutro, no entanto, a sua relação de aproximação com o objeto de pesquisa em si tende a neutralizar o seu posicionamento ideológico.

A procura de uma nova droga para curar determinada doença pode, assim, expressar a motivação isolada de um bioquímico ou de um médico; o que já é, nesse caso, uma questão externa ao objeto: ideológica, portanto. Essa vontade ideológica do cientista, entretanto, dificilmente vinga se determinados estamentos sociais não perceberem nesse projeto algum tipo de vantagem política ou econômica. De maneira geral, portanto, a neutralidade científica nas ciências naturais, no que diz respeito às suas determinações externas, é praticamente impossível. Todas as pesquisas dessa área da ciência, estejam elas localizadas nos grandes laboratórios das empresas privadas, nas grandes universidades ou nos grandes centros de pesquisa internacionais, estão sempre orientadas por interesses políticos e econômicos hegemônicos. Tal é o que ocorre hoje com a eletrônica e a informática ou, principalmente, com as pesquisas bélicas. Porém, em todos esses casos o padrão científico de objetividade em nada é afetado pelas questões ideológicas. A característica de um vírus, ou de qualquer outro objeto natural, não se altera em função das determinações e polêmicas externas à sua natureza. Como bem ilustra Löwy:

...o fato de que as autoridades políticas e militares de uma potência imperialista decidem (em função de seus interesses estratégicos) orientar a pesquisa dos físicos - dos quais um grande número partilha a ideologia dominante - para o aperfeiçoamento do armamento atômico não coloca absolutamente em questão a *verdade objetiva* das descobertas científicas resultantes desta opção eminentemente ideológica. (LÖWY, 1988, 191).

Nesse sentido, então, pode-se afirmar que a determinação da verdade científica sobre os objetos das ciências naturais prescinde do ponto de vista ideológico do cientista e/ou de qualquer outro grupo social. Isto é, a relação que o cientista natural estabelece com os fenômenos naturais acaba sendo, dessa forma, uma relação neutra e objetiva.

Talvez seja esse tipo de relação, caracterizada pela exatidão e pelo rigor formais, que originou a crença de que só existe *verdade precisa e mensurável* (verdade positiva) no âmbito das ciências naturais. A história, entretanto, tem mostrado que os resultados da ciência natural nada possuem de definitivo e absoluto. Afinal, a própria ciência natural se encarrega de relativizar a exatidão de suas descobertas quando, por motivos ideológicos (externos à natureza), desenvolve e sofisticava a tecnologia utilizada na apreensão e na descrição dos fenômenos naturais.

No quadro das ciências humanas, entretanto, as coisas vão funcionar de maneira completamente diversa. Essas ciências, em virtude de tratarem de fenômenos históricos, sociais, econômicos e culturais, constantemente marcados pelo processo de transformação histórica, não se prestam ao tipo de formalização própria do método científico-natural. As múltiplas interpretações das realidades humanas, geradas no complexo e antagônico jogo das relações sociais, relativizam a objetividade e a *verdade analítica* originada na relação do cientista com o seu objeto. Em outras palavras, seria no mínimo paradoxal tentar vislumbrar nas ciências humanas um aspecto externo e outro interno, porque essas ciências desconhecem a neutralidade ideológica em todas as suas instâncias. Aqui, as questões ideológicas adquirem um caráter de permanência absoluta, estando presentes tanto na eleição do objeto de estudo, quanto na metodologia utilizada para a análise desse objeto. Isto é, nas ciências humanas as determinações

ideológicas perpassam não só o elenco de temáticas a serem discutidas como também as posturas filosóficas e teóricas do cientista. Em função disso, o resultado do trabalho científico nas áreas da economia, da história, da sociologia, da estética, etc. - a verdade científica decorrente do ato de análise e interpretação dos fatos nessas áreas - é sempre a expressão de um ponto de vista ideológico.

A neutralidade ideológica do cientista social diante do seu objeto é, assim, praticamente impossível, já que sua ação teórica e metodológica tem como limite uma visão sempre particularizada da realidade, que, embora possa ser corroborada por um conjunto definido de outros cientistas, nunca é a única entre as demais visões de mundo que constituem o contexto social geral. Isso impossibilita qualquer tipo de relação *coisificante* entre pesquisador e objeto, uma vez que uma formulação conceitual elaborada dentro das ciências humanas é apenas uma face do objeto (uma visão sobre ele), mas nunca a única. Por refletir, nos domínios da ciência, a dinâmica do embate social e conceitual existente nas relações humanas, podemos dizer que a ciência humana é fundamentalmente uma ciência de *valores*. Nesse sentido, não há como tratar de seus fenômenos de forma absoluta; em outras palavras, não há como se relacionar com valores sociais sem que se adote um dentre esses valores como referência epistemológica. Assim, a *verdade objetiva* da pesquisa na área humanística será sempre um resultado científico relativo a uma visão de mundo específica.

A questão da *verdade* nas ciências humanas, por sua vez, é um tema antigo e ainda bastante polêmico atualmente. Alguns teóricos e filósofos da ciência entendem a *verdade relativa a um ponto de vista* de forma absoluta; ou seja, para esse grupo de pensadores *tudo* acaba sendo relativo nas ciências humanas. Outros, entretanto, vão se contrapor a essa

idéia, pois acreditam que determinados pontos de vista são mais abrangentes (mais verdadeiros cientificamente) do que outros na explicação dos fatos sociais. Dada a complexidade desse tema e os objetivos a que nos propomos neste trabalho, não aprofundaremos aqui essa discussão. Contentamo-nos apenas em frisar que entre as duas posições acima ficamos com a segunda. Para esclarecê-la, ainda que de forma muito breve, vale a pena citar mais algumas palavras de Löwy, para quem:

a verdade objetiva sobre a sociedade é antes concebida como uma *paisagem* pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito; [...] tanto mais verdadeira será a *paisagem*, quanto mais elevado o *observatório* ou belvedere onde estará situado o pintor, permitindo-lhe uma vista mais ampla e de maior alcance do panorama irregular e acidentado da realidade social. (LOWY, 1988, 13-14).

Essas características distintivas entre as ciências naturais e as ciências humanas, no que se refere ao grau de neutralidade científica decorrente das peculiaridades do objeto e da relação cientista-objeto em cada uma delas, revelam-se ainda mais claramente na orientação semântico-ideológica dos enunciados relativos a cada uma dessas ciências. O fato de que as questões ideológicas nas ciências naturais são externas ao conteúdo objetivo dessa ciência, dado o caráter coisificante dos fenômenos naturais, determina um uso unilateral e monológico da palavra. A palavra relativa a um objeto natural é, de certa forma, semanticamente atada; isto é, ela pouco conhece de nuances significativas, já que o objeto que representa exige dela rigidez e precisão absoluta (num sentido circunstancial, é claro). Nesse sentido, não é demais afirmar que os conceitos fundamentais e básicos das ciências naturais são a expressão e a extensão semântica da coisificação do objeto dessas ciências. Ou, mais precisamente, a palavra relacionada ao con-

teúdo objetivo da pesquisa natural é, como esse conteúdo, usada e apreendida de forma puramente objetual. Na voz de Bakhtin, isso fica ainda mais claro, quando ele afirma que:

As ciências matemáticas e naturais não conhecem absolutamente a palavra como objeto de uma orientação. É evidente que no desenrolar do trabalho científico tem-se ocasião de tratar da palavra de outrem - como os trabalhos dos predecessores, como os julgamentos dos críticos e a opinião pública, etc.; ou entrar em contato com diversas formas de repercussão e interpretação das palavras de outrem - o conflito com uma palavra autoritária, a eliminação das influências polêmicas, as referências e citações, etc., - mas tudo isso permanece no processo de trabalho e não diz respeito em nada ao conteúdo objetivo da própria ciência, em cuja composição o sujeito que fala e sua palavra, obviamente, não entram. Todo o aparato metodológico das ciências matemáticas e naturais se orienta para o domínio do objeto *reificado*, *mudo* que não se revela na palavra, e que *não comunica nada a respeito de si mesmo*. O conhecimento aqui não está ligado à recepção e à interpretação das palavras ou sinais do próprio objeto a ser conhecido. (BAKHTIN, 1988, 150).

Isso significa que no campo daquilo que é interno às ciências naturais, no que se refere ao seu conteúdo objetivo, o enunciado dessas ciências só conhece a significação **unívoca e reificante**. Os conceitos básicos e centrais das ciências naturais, presentes no enunciado, não podem se revelar como palavras polissêmicas e plurivalentes. Tal como o seu objeto, a palavra dessas ciências precisa ser reificada; conseqüentemente, a orientação semântico-ideológica dos seus enunciados só é dialógica (no sentido ideológico do termo) naquilo que diz respeito exclusivamente ao que é externo ao seu conteúdo objetivo.

Nas ciências humanas, entretanto, não há espaço para a palavra monológica e reificante. Dada a natureza multifacetária do seu objeto,

a orientação semântico-ideológica dos enunciados que produz sempre vai determinar um uso particularizado das palavras. Nessas ciências, o estabelecimento de uma relação de sentido com a palavra exige, como pré-requisito fundamental, em primeiro lugar a relativização de sua identidade meramente verbal (objetal) e, em segundo lugar, como consequência disso, a aproximação dialógica necessária para a compreensão ativa do emprego específico que está sendo dado à palavra. Ou seja, nas ciências humanas o sentido da palavra nada mais é do que o reflexo da orientação ideológica do cientista (do autor). A fala de Bakhtin é aqui, também, bastante esclarecedora. Para ele:

Nos domínios da poética, da história da literatura (da história em geral, das ideologias), e também num grau significativo na filosofia da palavra, nenhum outro enfoque é possível. Nestes domínios, o mais árido, o mais plano positivismo não pode tratar a palavra de um modo neutro como uma coisa e aqui eu devo não apenas me referir à palavra, mas também falar com ela, a fim de penetrar no seu sentido ideológico, acessível apenas a uma cognição dialógica - que inclui tanto sua valorização como sua resposta. (BAKHTIN, 1988, 151).

Assim, nas ciências humanas a palavra se distancia do mero dado técnico. Penetrar no seu potencial dialógico, na sua orientação semântica circunstancial, sempre vai exigir do leitor um exercício axiológico. Esse exercício é necessário porque nas ciências humanas não há, em momento algum, separabilidade entre o sujeito (o cientista) e o seu objeto. O leitor da ciência humana ao debruçar-se sobre um enunciado (um texto) dessa área da ciência está, inevitavelmente, focalizando o sujeito desse discurso. É através de sua palavra, que materializa em expressão a sua visão de mundo, que percebemos o recorte que o cientista faz do fenômeno que analisa e a

natureza ideológica desse recorte. Compreender os conceitos fundamentais que estruturam o pensamento do cientista social pressupõe o deslocamento do leitor até o ponto de observação em que se encontra esse cientista. Alguns dos conceitos centrais de Bakhtin, como *signo*, *enunciado*, *polifonia* e *carnavalização*, por exemplo, utilizados pelo autor para referir-se a fenômenos da lingüística e da poética, não podem jamais ser compreendidos adequadamente a partir apenas da assimilação passiva da semântica formal desses termos. Penetrar-lhes na sua significação ativa e dialógica certamente exige de quem lê esse autor a incursão nos seus pressupostos filosóficos e teóricos. Sem que o leitor perceba a orientação sociológica, a concepção social de homem e de linguagem que embasa o pensamento de Bakhtin, a única interpretação possível de suas idéias e de suas palavras é a interpretação fragmentária e reificante.

Nesse sentido, uma comparação entre o cientista social e o camaleão parece bastante ilustrativa. Assim como esse réptil muda de cor, dependendo de determinados ambientes e circunstâncias, sem, no entanto, perder a sua coloração relativamente constante, assim também deve agir o cientista social diante da palavra do outro. Cada novo ambiente, cada novo enunciado, cada novo conceito com o qual se depara o cientista social, exige-lhe a incursão circunstancial na tonalidade ideológica do outro. Sem esse exercício, o cientista torna-se incapaz de compreender e apreciar a natureza particular das cores alheias e, sem essa compreensão, pode passar a misturar cores equivocadamente, correndo o sério risco de nunca encontrar a sua própria coloração.

Portanto, acreditamos que o debate científico no conjunto das ciências humanas só se aprofunda e enriquece na medida em que os integrantes dessas ciências se distanciam da apreensão monológica e reificante

do universo de enunciados com os quais trabalham. É bom observar, entretanto, que a atitude de reificação da voz do outro não é, em si, execrável. Nesse aspecto, o que nos parece não muito correto é a reificação grosseira. Seríamos no mínimo contraditórios caso condenássemos todo e qualquer tipo de reificação; afinal, como falamos anteriormente na discussão sobre enunciado, as palavras são criação coletiva, sendo a sua propriedade individual apenas relativa a um momento temático específico. Isto é, a reificação de conceitos na ciência humana pode até ser produtiva quando justificada conscientemente pelo cientista; em tal caso, porém, nunca será difícil perceber a nova direção semântico-ideológica que orienta a reutilização de determinadas palavras e conceitos.

Diante de tudo o que expusemos, resta-nos agora relacionar alguns pressupostos que devem nortear a atitude do cientista social em relação à apreensão da palavra científica do outro. Assim, acreditamos que toda *compreensão produtiva* da palavra do outro nas ciências humanas só se inicia quando o leitor tem clareza de que:

- . o seu objeto material de análise é integralmente um enunciado (um texto);

- . esse enunciado materializa verbalmente a orientação semântico-ideológica de um autor (materializa, portanto, um ponto de vista social particular sobre determinado tema ou fato social);

- . em função do enunciado ser ideologicamente orientado, o *sentido das palavras* que o compõem não pode ser assimilado apenas na sua perspectiva sistêmica usual e reificante;

- . nenhuma leitura será efetivamente *produtiva* enquanto os pressupostos anteriores forem ignorados.

A desconsideração desses aspectos, que no nosso entendimento nada mais são do que **pressupostos éticos** de leitura, fragiliza as discussões acadêmicas no interior das ciências humanas. O descuido com tais pressupostos, além de alimentar a superficialidade teórica e epistemológica do leitor, cerceia qualquer possibilidade de compreensão enriquecedora da palavra científica do outro. Desconsiderá-los significa, em última análise, entravar toda e qualquer possibilidade de compreensão responsiva capaz de síntese, de aprofundamento ou de correção das imperfeições ou fraquezas teóricas de um dado autor. E isso, parece-nos atemorizante e perigoso ao mesmo tempo; pois, se de um lado deixamos de descobrir coisas interessantes sobre nós mesmos, isto é, deixamos de aprofundar questões fundamentais pertinentes à nossa história e à complexidade de nossas relações, do outro, criamos suporte para a manutenção do enciclopedismo ligeiro, que, sabemos, dificilmente é capaz de gerar alguma discussão séria e consistente.

Isso posto, podemos retomar aqui alguns aspectos da leitura que Ducrot fez de Bakhtin e que serviu de móvel para este nosso trabalho.

Em primeiro lugar, vemos com reserva o fato de Ducrot, diante da extensão bibliográfica e da riqueza heurística do pensamento de Bakhtin, ter feito uma condensação tão redutora em relação às discussões desse autor sobre literatura e lingüística. A hipótese que levantamos para tal atitude, e que possivelmente pode ser considerada como a mais adequada, é a de que Ducrot não levou em consideração o primeiro pressuposto ético que formulamos para uma leitura produtiva das discussões humanísticas, gerando com isso incorreções sobre as teorias de Bakhtin, que não contribuíram para a sua compreensão, nem para a sua crítica.

Em consequência disso, o segundo pressuposto fatalmente não poderia ser realizado, incorrendo, por sua vez, num descompromisso com o terceiro pressuposto, descompromisso esse observável na reificação do termo polifonia e na ausência de uma explicação, por parte do autor, do porquê dessa reificação.

O resultado de tudo isso, como apontamos no quarto pressuposto, é uma desleitura; uma leitura que nada contribui e nada esclarece, servindo apenas para desorientar aqueles que têm o seu primeiro contato com Bakhtin mediados pela palavra de Ducrot.

Na leitura das obras de Bakhtin, através da forma como o autor apresenta e critica o ponto de vista de seus interlocutores, percebemos a importância que ele dá ao diálogo eticamente conduzido com a palavra científica do outro. Nas discussões que estabelece com as várias esferas do pensamento humanístico a que se dedicou, o passo inicial do autor consiste sempre em reconstituir com fidelidade a palavra de seus interlocutores, sem nunca perder de vista a orientação teórico-filosófica que lhe confere sentido. Por trás desse procedimento está o desejo do autor de estabelecer com os textos que leu e criticou uma *compreensão responsiva* da palavra do outro, que ora aponta fraquezas e incorreções de um dado modo de pensar; ora o ilumina, mostrando suas vantagens; ora o nega como uma forma ultrapassada de visão.

É esse modo de tratar a palavra do outro que conduz o diálogo de Bakhtin com a gama variada de pensadores e teóricos com quem discutiu. No debate que empreende com Saussure, Humboldt, Freud, formalistas, teóricos marxistas, críticos de Dostoiévski, críticos de Rabelais, etc., a atitude do autor é sempre a mesma: primeiro apresenta o pensamento do interlocutor,

em seguida o analisa e, por fim, o critica, buscando ou uma síntese ou sua superação.

Assim, os pressupostos éticos que enunciaremos, mesmo que não mencionados explicitamente por Bakhtin, acompanham todo o seu fazer científico. Ducrot, no entanto, na apresentação que fez do pensamento do autor, demonstrou não ter clareza a respeito das particularidades do objeto das ciências humanas - o fato de um enunciado refletir uma orientação ideológica específica - tomando sua apresentação desnecessária ao conjunto do seu texto.

Com isso, encerramos este terceiro capítulo. No capítulo seguinte nos dedicaremos à crítica de mais algumas leituras realizadas sobre Bakhtin.

BAKHTINE A ANÁLISE DO DISCURSO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Depois do estudo sobre enunciado apresentado no segundo capítulo deste trabalho e da discussão a respeito das diferenças epistemológicas entre as ciências humanas e as ciências naturais que geram, por consequência, preocupações éticas na leitura da voz científica do outro, iniciaremos agora a análise de alguns trabalhos que integram aquela a que hoje se denomina "análise do discurso" em lingüística.

Essa nova área de estudos lingüísticos tem angariado o interesse de muitos estudiosos da linguagem e também causado muita polêmica atualmente, pois, ao se preocupar com os mecanismos de construção do texto (ou discurso), vem enfrentando a dura tarefa de saltar os limites da frase e do sistêmico. Como forma de entender melhor o discurso, essa área tem se afastado sistematicamente das perspectivas teóricas formalizantes, já que para o trabalho com a linguagem viva (linguagem na interação) , as metodologias oriundas dessas perspectiva acabam sempre tendo muito pouco a dizer.

Por outro lado, a A.D., por estar ainda longe de se consolidar teoricamente, tem sido alvo de críticas constantes. Dentre as exigências feitas a essa nova área, a principal é aquela que cobra dos estudiosos que a ela se dedicam a sistematização teórica e metodológica necessária ao estudo da linguagem nas suas manifestações vivas. Comparada às correntes principais do estruturalismo e, mais atualmente ao gerativismo, temos que concordar que ainda falta à A.D. um pensador capaz de amalgamar as questões fundamentais dessa nova área de preocupação lingüística.

Pelo conjunto da obra de Mikhail Bakhtin e pelo estudo que vimos desenvolvendo sobre o autor, achamos que ele possui uma enorme contribuição teórica e metodológica para essa área ainda incipiente dos estudos lingüísticos.

Os quatro trabalhos que analisaremos a seguir fazem, num ponto ou outro, referência aos trabalhos do autor, fato que reitera nossa idéia de que Bakhtin tem realmente algo a contribuir para a A.D.

Nossa análise, portanto, antes de tentar ser uma verificação de eventual aplicação em análises empíricas das idéias de Bakhtin pelos autores estudados, é muito mais a análise de como ele tem sido apresentado e compreendido. Assim, as eventuais referências às análises empíricas das teses analisadas aparecerão somente quando se fizerem imprescindíveis. Justificamos tal procedimento em virtude do fato de acreditarmos que a precisão epistemológica precede o trabalho com dados. A falta de reflexão epistemológica gera confusão e imprecisão teóricas que, dificilmente, servem como base de análises empíricas confiáveis. Além disso, sendo Bakhtin um autor ainda a reclamar a exegese do seu pensamento, não encontramos muitas razões para ir além da tentativa de melhor entendê-lo teoricamente, por meio de um diálogo crítico com os estudiosos brasileiros que a ele fazem referência.

Partindo desse objetivo, passemos então à análise do primeiro trabalho em A.D., de José Luiz Fiorin (1988), intitulado O regime de 1964: discurso e ideologia.

O objetivo de Fiorin em seu texto é "estudar as invariantes do discurso do golpe de 64, a maneira como ele constrói sua coerência interna e

a visão de mundo que ele apresenta." (1) Para o autor, apesar de o tema já ser bastante conhecido, era necessário desmistificar as contradições internas existentes no discurso dos militares.

Antes, porém, de o autor partir para a análise empírica do material selecionado, ele se dedica, na primeira parte do seu texto, a algumas reflexões teóricas acerca da linguagem, discutindo idéias de autores como Saussure, Bakhtin, Chomsky, Greimas, etc., a fim de buscar a sustentação teórica do seu trabalho. Como o que nos interessa aqui são as reflexões do autor sobre Bakhtin, vejamos como se deu a aproximação de Fiorin ao teórico russo.

No item Formalistas e ideologistas, Fiorin se dedica à discussão dessas grandes tendências no pensamento lingüístico, na tentativa de encontrar um ponto de equilíbrio entre essas posturas tão conflitantes. Para o autor, enquanto a primeira tendência vê a linguagem como um sistema fechado, abstraindo as relações com a história, a segunda cai no extremo oposto, negando radicalmente a imanência do sistema lingüístico, acabando por centrar-se exclusivamente na história. Nesse sentido, Fiorin afirma que:

Bakhtin (Todorov, 1981), ao fazer um balanço das duas tendências, mostra que, embora os formalistas estejam fundados sobre pressupostos filosóficos falsos, eles contribuíram, de maneira inegável, para o avanço da Lingüística, ao discutir problemas do funcionamento específico da linguagem que não podem ser mais ignorados(...). Segundo Bakhtin, é preciso herdar o formalismo, recolocando-o sobre novas bases filosóficas. (FIORIN, 1988, 5).

(1) FIORIN, José L. O regime de 1964: discurso e ideologia. 1.ed. São Paulo: Atual, 1988. p. 1.

Em The formal method, texto escrito por Bakhtin em parceria com Medvedev, os autores fazem uma longa reflexão sobre o formalismo, buscando entender sua história e seus pressupostos filosóficos e teóricos. Nesse trabalho os autores elogiam os formalistas no sentido de que foram eles os primeiros teóricos modernos a enfocar a importância do material (da forma) nas artes em geral e na literatura especificamente. Apesar de elogiarem a eleição da forma como objeto principal de preocupação, os autores reconhecem que os representantes dos formalistas não conseguiram explicar e resolver a contento vários problemas relativos à linguagem e à poética. Para Bakhtin e Medvedev, os formalistas deram respostas muito frágeis ao problema da mudança que fatalmente ocorre ao longo da história nos estilos literários⁽²⁾, não descobriram o lugar das determinações sociais nas artes literárias⁽³⁾, resolveram mal o problema da relação entre a forma e o conteúdo no interior da palavra⁽⁴⁾ e também tiveram muitas dificuldades em caracterizar a linguagem poética.⁽⁵⁾

Apesar disso, os autores não deixam de reconhecer o mérito das discussões formalistas, afirmando que " Granted, formalism did not solve these problems. But its very mistakes, in their boldness and consistency, did even more to focus attention on the problems that were formulated."⁽⁶⁾ . E acrescentam:

We believe that Marxist scholarship should even be grateful to the formalists, grateful that their theory can be the object of serious criticism, in the process of

(2) BAKHTIN, M.M.; MEDVEDEV, P.N. The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetics. Baltimore: John Hopkins Press, 1978. p. 92.

(3) Ibidem, p. 67.

(4) Ibidem, p. 49.

(5) Ibidem, p. 87.

(6) Ibidem, p. 174.

which the bases of Marxist scholarship will be clarified and strengthened. (BAKHTIN-MEDVEDEV, 1978, 174).

Segundo os autores, o amadurecimento de uma teoria sociológica sobre a linguagem e a arte em geral só pode avançar na medida em que os problemas resultantes das análises formalistas são enfrentados. Para Bakhtin e Medvedev, muitos marxistas furtaram-se ao debate com os formalistas, preferindo atacá-los pelas costas, sem a preocupação de estudar e reenquadrar teoricamente os temas levantados por eles.

O reconhecimento da importância do trabalho dos formalistas por Bakhtin e Medvedev não deve ser interpretado, contudo, como se os autores reconhecessem no ponto de vista dos formalistas uma leitura adequada dos fenômenos da arte e da linguagem. O que eles afirmam, efetivamente, é que os formalistas fizeram perguntas corretas; suas respostas, entretanto, em função de sua perspectiva filosófica, é que foram equivocadas. Fiorin, no entanto, baseado no ponto de vista de Bakhtin e Medvedev, entende que a posição dos autores possibilita uma leitura da linguagem como um fenômeno dotado de autonomia relativa em relação aos aspectos sociais e históricos, concluindo que:

O primeiro problema do lingüista é, pois, perceber que a linguagem goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais, mas, ao mesmo tempo, sofre determinações históricas. Assim, uma teoria da linguagem deveria começar por reconhecer os níveis e as dimensões em que a linguagem tem uma certa autonomia e aqueles em que ela sofre determinações.

A renúncia a considerar a existência dos diferentes níveis de articulação e as variadas dimensões da linguagem gerou erros entre os quais um 'sociologismo' e um 'historicismo', como os da teoria marxista, que pretendem explicar toda a linguagem e as suas mutações pelas mudanças na infra-estrutura econômica e que trazem como consequência a impossibilidade de explicar certas categorias

lingüísticas e determinadas mutações internas que se operam em alguns níveis da linguagem. (FIORIN, 1988, 5).

Reconhecemos aqui a liberdade de Fiorin em acreditar na dicotomia autonomia-história no campo da linguagem, entretanto, não entendemos por que o autor faz referência a Bakhtin, quando sabemos que este autor é confessadamente marxista e contrário, portanto, à idéia de imanência absoluta da linguagem. Uma leitura mais cuidadosa de Marxismo e filosofia da linguagem talvez dissuadisse Fiorin de utilizar a crítica de Bakhtin e Medvedev sobre os formalistas como base para a conclusão citada acima. Parece ter faltado a Fiorin uma reflexão mais demorada sobre o capítulo 5 (Língua, fala e enunciação), em que Bakhtin discute extensamente a precariedade das idéias de imanência dos sistemas lingüísticos, criticando os fundamentos de Saussure, e sobre o capítulo 6 (A interação verbal), no qual o autor critica as teorias da expressão de base subjetiva.

Depois de criticar nesses dois capítulos essas duas grandes vertentes do pensamento lingüístico de sua época, Bakhtin expõe, de forma sintética, o que seria uma metodologia sociológica de estudo da linguagem e como se processa, a partir desse mesmo ponto de vista, a transformação das línguas humanas. Nas suas palavras:

A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.

Disso decorre que a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser o seguinte:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual. E nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua: as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua. (BAKHTIN, 1986, 124).

Achamos que a citação acima serve para esclarecer a visão de Bakhtin acerca da relação entre linguagem e infra-estrutura econômica. É bom observar, contudo, que embora Bakhtin considere a base econômica como fator determinante no processo de mudança lingüística (em termos amplos), o autor não corrobora o ideal mecanicista próprio a algumas correntes do marxismo. Para ele, nenhum processo de transformação ou mudança da realidade social se realiza de forma direta, numa relação mecânica entre causa e efeito. Essa posição do autor está colocada de forma muito clara no segundo capítulo de Marxismo e filosofia da linguagem e também no primeiro capítulo de seu trabalho sobre Dostoiévski.

Pelas palavras de Bakhtin, registradas acima, verificamos que para o autor a linguagem, por sofrer determinações ideológicas em todos os níveis (formais e discursivos), não possui nenhuma autonomia em relação aos fatores sociais, nem mesmo uma autonomia relativa.

Fiorin, no entanto, um pouco mais adiante, vai estender a sua idéia de autonomia relativa dos sistemas lingüísticos também ao plano discursivo. Para ele:

Determinações sócio-ideológicas estão presentes na linguagem, ou mais precisamente no discurso, uma vez que consideramos o sistema um elemento que goza de relativa autonomia em relação às formações sociais. A determinação sobre o discurso não é, porém,

mecânica, mas passa por sucessivas mediações, e tem, por isso, também o discurso relativa autonomia. (FIORIN, 1988, 7).

Em Bakhtin, Fiorin também encontraria respostas a uma questão como essa, afinal aquele autor, por não trabalhar com a linguagem abstratamente como os saussurianos, não dicotomiza a linguagem em discurso, língua, etc., uma vez que seu objeto é sempre a manifestação viva e contextual da linguagem que, vista sociologicamente, sofre determinações históricas em toda a sua amplitude. Assim, não há como estudar o sistema lingüístico, por exemplo, sem que se leve em consideração a sua relação indissociável com o movimento social.

Ao atribuir autonomia relativa aos sistemas lingüísticos e ao discurso, talvez a intenção de Fiorin fosse a de tentar dar forma às mediações que acabam culminando nas transformações da linguagem de um modo geral. Entretanto, essa intenção parece não se concretizar adequadamente no seu discurso, uma vez que a defesa que ele faz da idéia de "autonomia relativa" acaba sendo contrastante com sua síntese das idéias materialistas sobre a relação trabalho e linguagem. Segundo ele:

Enfatiza Engels que o trabalho é a categoria fundadora da história e que, a partir do processo de trabalho, estabelecem-se relações sociais que estão na base da origem da linguagem. Por seu turno, trabalho e linguagem estão associados no desenvolvimento da capacidade de pensar, que, por sua vez, aperfeiçoou a linguagem e os processos de trabalho. (FIORIN, 1988, 7).

Como juntar essa citação com a anterior? Como conjugar a idéia de que as relações sociais estão na base da linguagem com a idéia de que existe autonomia (mesmo que relativa) nos sistemas lingüísticos? A

oscilação de Fiorin entre uma lingüística formal e uma lingüística sociológica parece-nos, assim, muito forte. Na base dessa indecisão, sobra a idéia de que faltou ao autor um tratamento mais rigoroso das questões epistemológicas. Esse trabalho nos parece fundamental, uma vez que ele pode nos livrar da idéia não muito produtiva (do ponto de vista empírico) de que o agrupamento de teorias distintas pode nos dar, por somatória, a verdade mais precisa acerca do nosso objeto de análise. O resultado da ausência de uma reflexão epistemológica mais apurada tem como ponto terminal inevitável o ecletismo teórico que, a nosso ver, acaba por tratar as teorias de uma mesma área científica (no caso específico, a lingüística) como correntes que se especializaram no tratamento específico dos fragmentos de um objeto uniforme. Seguindo esse enfoque, nenhuma teoria, dentro de uma mesma área da ciência, é incompatível com outra; assim, no campo da lingüística, basta ao lingüista apropriar-se do ganho empírico das teorias para utilizá-las conjuntamente como aparato único de análise.

Em função do rumo que apresenta em suas discussões, mesmo sem querer, Fiorin esbarra no ecletismo teórico. Isso se evidencia quando o autor discute a "geração de sentido" no discurso. Num primeiro momento Fiorin afirma que a manifestação ideológica, a presença de determinantes sociais no discurso se dá no nível semântico.⁽⁷⁾ Nessa afirmação está implícita a dicotomia entre sistema como conjunto de estruturas autônomas e discurso, sobrando à semântica a responsabilidade pela geração de sentido. No entanto, a idéia de que a geração de sentido seria determinada por questões externas à linguagem (por fatores ideológicos, portanto) é logo em seguida contestada

(7) FIORIN, p. 7.

pelo autor, a partir de algumas breves considerações sobre o legado de Chomsky à lingüística contemporânea.

Distinguimos inicialmente uma sintaxe e uma semântica no discurso. No entanto, há que pensar também que, depois de Chomsky, a lingüística não pode mais deixar de considerar a existência de uma estrutura superficial e uma estrutura profunda. Assim, deve-se pensar, ao propor um modelo de análise, que a estrutura discursiva é constituída de níveis de invariância sempre crescente, que explicam como ir da manifestação à instância *ab quo* da geração do sentido. O modelo de análise vai propor a existência de um processo gerativo do sentido. (FIORIN, 1988, 7).

Como se vê, Fiorin deixa clara a sua tentativa de congregar em um único modelo de análise teorias bastante diferentes entre si. Nessa tentativa, ora crê no formalismo saussuriano, expresso na autonomia dos sistemas lingüísticos, ora se rende ao formalismo da teoria gerativa, que tem como objeto principal encontrar princípios universais na linguagem humana, ao mesmo tempo em que pretende reinterpretá-las segundo uma visão marxista de homem e de linguagem.

É com esse intuito que Fiorin, ao discutir o problema do sujeito no discurso, volta a Bakhtin, apresentando uma síntese das idéias desse autor referente à relação entre a consciência e a linguagem. Segundo ele:

Bakhtin mostra que a realidade da consciência é a linguagem. Os conteúdos da consciência são lingüísticos. Segundo ele, sem a linguagem não se pode falar em psiquismo humano, mas somente em processos fisiológicos ou processos do sistema nervoso. Não há para ele, uma atividade mental independente da linguagem. O discurso não é a expressão de uma consciência, mas esta é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo. Se os discursos são sociais, a consciência também o é. (FIORIN, 1988, 15-16).

Para o autor, a apresentação que ele faz de Bakhtin é o argumento fundamental para contestar a idéia, defendida por alguns, de que é "impossível pensar o problema da relação entre classe social e discurso, porque o enunciador real pode simular um discurso que não representa a formação ideológica a que ele está ligado." (8)

Embora sua apresentação sobre o caráter sociológico-discursivo da consciência no pensamento de Bakhtin esteja correta, ela sozinha não serve como argumentação para o problema apresentado por Fiorin.

Para responder corretamente a questão da *simulação discursiva*, a partir da teoria de Bakhtin, é fundamental refletir sobre o seu método, em cuja perspectiva sociológica, a simulação deve ser apreendida axiologicamente. Ou seja, a questão de saber como estudar um discurso que pretende mascarar suas reais intenções e quem o enuncia, só pode ser resolvida quando buscamos o conhecimento dos valores sociais envolvidos num processo de produção discursiva. Esse conhecimento, por sua vez, só se torna possível a partir da reconstrução do contexto social em que um discurso é gerado. Em outras palavras, estudar o discurso sob a ótica de Bakhtin implica necessariamente reconstituí-lo em todas as suas determinações, já que para o autor o homem, sua linguagem e seu contexto social são realidades indissociáveis. Assim, entender a intenção semântico-ideológica de um discurso exige, como tarefa básica, o estudo do contexto sócio-ideológico do autor (seu universo de valores sociais), o entendimento de suas raízes

(8) Ibidem, p.15.

histórico-ideológicas e uma reflexão sobre o contexto presente onde o discurso está sendo produzido.

Para entender os fundamentos da metodologia de Bakhtin, contudo, é preciso compreender a releitura que o autor faz dos problemas da linguagem a partir da base marxista. É a partir dessa base que o autor vai criticar o conceito de signo de Saussure, identificando-o como sinal e não como signo (9), abrindo com isso as portas para o estudo dos problemas que envolvem a linguagem em uso, concentrando-se aí no estudo do enunciado, tema bastante discutido no segundo capítulo deste trabalho.

Sem a reflexão de base que caracteriza o pensamento de Bakhtin, fica difícil entender sua metodologia. Achemos que faltou a Fiorin um esforço maior nesse sentido. A consequência disso é sua fragilidade teórica e sua confusão metodológica.

Posteriormente, no último capítulo deste trabalho voltaremos a discutir os problemas referentes à metodologia de Bakhtin. Por ora, dediquemo-nos à próxima tese a ser analisada.

Luiz Percival L. Britto, em O "Relatório Pinotti" e a doença de Tancredo - medicina e discurso (1988), analisa o discurso produzido pelo Doutor Henrique W. Pinotti, em 17 de abril de 1985, quando do tratamento do então Presidente da República Tancredo Neves. Segundo o autor, o seu estudo "busca evidenciar os recursos lingüísticos de que o médico lançou mão, para fazer um discurso que, além de médicos, teria claros objetivos retóricos." (10)

(9) BAKHTIN, Mikhail M. Marxismo e filosofia da linguagem. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 90-109.

(10) BRITTO, Luiz P. L. O "Relatório Pinotti" e a doença de Tancredo: medicina e discurso. Campinas, SP.: Papirus, 1988. p. 13.

Para este estudo, Britto deixa claro, já na sua introdução, a sua opção metodológica. Para ele, mesmo que se admita que em dada instância o institucional, produto social e histórico, possibilita inferências sobre dado tipo de discurso, é na "colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade, *atividade* que se dá sempre numa *instância concreta* entre um locutor e um alocutário"(POSSENTI,1988,49) (11), que se constrói um discurso.

Sobre essa questão, o autor dedica o terceiro capítulo de seu trabalho, Possibilidade de análise de um discurso médico. É nesse capítulo que encontramos referências a Mikhail Bakhtin; portanto, é apenas dele que nos ocuparemos.

Britto inicia o capítulo fazendo uma apresentação muito interessante a respeito de um tema hoje bastante específico à análise do discurso, qual seja: o da descrição dos tipos discursivos a partir da relação desses tipos com as mais diversas esferas específicas dentro do quadro social. Para o autor, não seria "nenhum exagero, aliás, dizer que a análise do discurso, pelo menos em suas linhas mais divulgadas, nasceu com este claro propósito."(12) E segue afirmando que esta perspectiva, ao tentar alargar os horizontes dos estudos lingüísticos, tem encontrado à frente dificuldades na maioria das vezes insuperáveis. Dentre essas dificuldades, o autor seleciona as três principais. Em primeiro lugar estaria o fato de que a análise do discurso tem preconizado a existência de tais tipos discursivos sem todavia encontrá-lhes as bases lingüísticas de definição; "sua existência é dada como um fato."(13) Em segundo, as descrições até hoje realizadas para marcar a

(11)Citado por Britto, p. 15.

(12)Britto, p. 121.

(13)Ibidem, p. 122.

existência de determinados tipos discursivos têm revelado que muitas das características encontradas em um dado tipo servem também para caracterizar outros tipos. E, por último, porque ainda não se tem clara a distinção entre tipo discursivo e atividade geradora de discurso.

Britto reconhece, no entanto, que a idéia de tipologia discursiva chega a ser, para certas análises, imprescindível. Entretanto, não serve como fundamento à delimitação de discursos, uma vez que um mesmo tipo discursivo, o pedagógico, por exemplo, pode num momento ser definido como um discurso autoritário e, noutro, como um discurso polêmico. Isso, para o autor, revela que:

...a lingüística, de uma maneira geral, e a análise do discurso, em particular, não tem um parâmetro próprio, uma metodologia, que permita definir e classificar um tipo discursivo. Algo do gênero: será considerado um discurso do tipo 'x' todo aquele que apresentar as características A,B,C. Ao contrário, o que se depreende da leitura da maioria de definições de discurso encontradas na lingüística é que este se associa ao seu momento de produção. (BRITTO,1988,123-124).

Para comprovar isso, Britto cita três autores envolvidos com a análise do discurso que acabam por definir o discurso como momento de produção. É interessante reproduzir aqui essas citações.

1. Do ponto de vista de sua natureza, o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu; em segundo lugar, o discurso caracteriza-se por uma maior ou menor presença de indicadores de situação; em terceiro lugar, tendo em vista sua pragmaticidade, o discurso é necessariamente significativo na medida em que só se pode conceber sua existência enquanto ligado a um processo pelo qual eu e tu se aproximam pelo significado; e, finalmente, o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no

processo de relação que se estabelece entre suas pessoas (eu e tu) e as pessoas de situação, entre os indicadores de tempo, lugar etc. e o tempo, lugar etc. da própria situação. (OSAKABE, 1979, 21)

2. O discurso não é um mero conjunto de frases, mas é uma totalidade linguística específica além da soma de frases que o constitui. [...] É o enunciado formulado em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação. (ORLANDI, 1986, 113-115)

3. [O discurso é] a colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade, atividade que se dá sempre numa instância concreta e entre um locutor e um alocutário. (POSSENTI, 1988, 49). (14)

Apesar de apresentar as conceituações acima, Britto não descarta de todo a possibilidade de se encarar o discurso também como um conjunto de constantes. Nesse caso, existiriam para o autor duas noções de discurso: a primeira que vê o discurso como **acontecimento** e uma outra que percebe nele a recorrência de aspectos sintático-semânticos que levaria, de certa forma, à conceituação do discurso enquanto **tipo**, como um conjunto de *regularidades*. "Neste caso, é-se obrigado a admitir a existência de duas noções de discurso bastante diferente e, até mesmo, opostas." (15)

Porém, segundo o autor, a conceituação de discurso como conjunto de regularidades não se define apenas pelo linguístico. Assim, caracterizar o discurso tipologicamente implica também não perder de vista os condicionantes sócio-históricos que influenciam a atividade discursiva e a determinação dos locutores. Ao encarar o discurso dessa forma, conforme Britto, sairíamos do terreno da linguística propriamente dita para ter que recorrer à ajuda de outras ciências, provavelmente à sociologia.

(14) Citados por Britto, p. 124.

(15) Britto, p. 125.

Outro problema apontado por Britto na concepção de discurso enquanto tipo seria que nessa conceituação o discurso se apresenta sempre como anterior aos atos de acontecimento da produção discursiva. O discurso, então, seria uma *entidade abstrata* do ponto de vista lingüístico, pois "não se considerará o sujeito propriamente, que é quem produz discursos, mas sim o lugar ou lugares sociais em que ele se inseriria." (16)

Em função dessas considerações sobre o discurso enquanto conjunto de regularidades (tipo, portanto), Britto acaba por definir sua preferência pelo discurso enquanto acontecimento.

Ao recusar-se o privilégio do tipo sociológico para análise do discurso de base essencialmente lingüística, pretende-se que a marca primeira do discurso seja sua realização efetiva, real e única. Naturalmente, não se quer negar o papel que regras sociais tenham na produção do discurso nem que possa haver mais semelhanças entre dois discursos produzidos, por exemplo, no interior de uma mesma instituição do que entre um discurso aí produzido e outro produzido em lugar completamente diferente. O que se afirma é que a especificidade de um discurso está em sua própria ocorrência e é neste nível que deve colocar-se uma análise lingüística do discurso. (BRITTO, 1988, 133).

Em seguida a essas colocações o autor vai afirmar que Bakhtin já apontava para a necessidade de se ver o discurso enquanto ocorrência. Britto expõe, então, de forma bastante precisa as idéias sobre a questão da significação que Bakhtin discute no capítulo 7 (Tema e significação), de Marxismo e filosofia da linguagem. No segundo capítulo deste trabalho já tivemos a oportunidade de apresentar e discutir esse tópico.

Segundo Britto, no entanto, dois reparos são necessários às idéias apresentadas por Bakhtin. Para ele, quando Bakhtin faz referência ao

(16)Ibidem, p. 129.

estágio inferior da significação, comparando-o à *palavra dicionarizada*, de significação fixa, o leitor pode ter a impressão de que Bakhtin não considera a dimensão fonológica e sintática.

Em nosso entendimento, esse primeiro reparo proposto por Britto não tem muito sentido, quando nos damos conta do tipo de recorte do objeto (linguagem) que Bakhtin empreende. Todo o seu esforço em Marxismo e filosofia da linguagem é na verdade o de rediscutir a realidade sócio-interativa da linguagem, mostrando que no processo de interação verbal os aspectos formais sempre estão subjugados ao sentido; ou seja, a forma em si e por si é incapaz de gerar sentido se ela não estiver a serviço de uma intenção de enunciação contextualizada. Essa preocupação está presente desde os primeiros capítulos do seu livro, onde Bakhtin vai refutar a idéia tradicional de signo como elemento puramente formal, aparecendo também no capítulo 7, no qual, através de uma citação de Dostoiévski, o autor deixa claro que as palavras (os signos) só existem efetivamente quando usados.

O reparo de Britto parece conter um erro de perspectiva; afinal, o fato de Bakhtin querer discutir especificamente a *significação*, abstraindo os aspectos formais existentes nas palavras, não significa que o autor os esteja excluindo. Se assim o fizesse seria contraditório com seus pressupostos gerais e com seu método, citado anteriormente nas discussões que fizemos com Fiorin.

O segundo reparo feito por Britto está diretamente ligado ao primeiro, uma vez que o autor vai questionar o conceito de *dicionário* usado por Bakhtin.

Apesar de dar à língua uma estrutura que a condiciona à sua realização efetiva, garantindo o papel dos sujeitos na linguagem, ao apelar para a metáfora 'palavra dicionarizada', o autor russo acaba por admitir

que, pelo menos em algum nível, as formas seriam constantes e prontas (ou 'idênticas'). De alguma maneira, está aí de novo o par mutabilidade-imutabilidade de Saussure. Em outras palavras, há um desnível teórico entre os dois estágios, já que, enquanto um é aberto e dependente do contexto, o outro (mesmo que considerado inferior) é fechado e independente do contexto. (BRITTO, 1988, 135).

Relativizando Bakhtin, Britto questiona a expressão *palavra dicionarizada*, utilizada pelo autor, dizendo que: " 1) a forma lingüística é sempre provisória [e, além disso], 2) marca antes uma região significativa do que um lugar preciso. Em outras palavras, toda cristalização de forma e sentido será sempre *provisória* e remeterá não a um domínio de interpretação uno e preciso, mas a uma certa *regionalidade*." (BRITTO, 1988, 136).

Condordamos plenamente com as últimas afirmações (1 e 2) de Britto sobre a palavra. No entanto, justiça seja feita, tais considerações, a nosso ver, nada mais são do que um olhar histórico e dialético sobre a palavra: diga-se de passagem, um olhar bem bakhtiniano. Afinal, na conclusão do capítulo 7 de Marxismo e filosofia da linguagem, Bakhtin vai afirmar a mesma coisa, ao dizer que:

A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias. (BAKHTIN, 1986, 136).

Além do mais, parece inadequado comparar Bakhtin a Saussure quando sabemos que aquele autor criticou sistematicamente os pressupostos deste justamente porque por eles seria impossível explicar a origem das línguas e a sua mudança. Assim como também é inadequado

esperar que Bakhtin repetisse cansativamente o que ele entende por sinal (palavra abstrata de Saussure) e signo a todo momento quando o tema já havia sido bastante discutido nos capítulos 1,2 e 5 do mesmo livro de que Britto retira o capítulo que discute.

Com *palavra dicionarizada*, Bakhtin quer apenas reiterar a distinção entre sinal e signo, mostrando com isso que abstrair o social é um exercício teórico possível, mas que trai a realidade efetiva da linguagem. Assim, o fato de Bakhtin considerar a palavra dicionarizada como um momento abstrato da palavra não serve para concluir que ora ele vê a linguagem historicamente e ora abstratamente, uma vez que todo momento abstrato de uma palavra é sempre posterior à sua cristalização como forma primitiva que remete a um ou outro tipo de significado; sempre provisório, evidentemente.

Bakhtin é especialmente claro a esse respeito, ao discutir a relação do tema com a forma no signo. Segundo ele:

O *tema* e a *forma* do signo ideológico estão indissolivelmente ligados, e não podem, por certo, diferenciar-se a não ser abstratamente. Tanto é verdade que, em última análise, são as mesmas forças e as mesmas condições que dão vida a ambos. Afinal, são as mesmas condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social, que o tornam socialmente pertinente, e são as mesmas forças que criam as formas da comunicação ideológica (cognitiva, artística, religiosa, etc.), as quais determinam, por sua vez, as formas da expressão semiótica. (BAKHTIN, 1986, 45-46).

Com isso, mesmo considerando que Britto faz uma boa apresentação de Bakhtin, acreditamos que seus reparos indicam que faltou, de sua parte, uma reflexão mais aprofundada sobre a perspectiva social de linguagem presente em Marxismo e filosofia da linguagem. Isso se evidencia

ainda mais quando Britto justifica anteriormente a utilização da discussão sobre Tema e significação de Bakhtin para argumentar a favor da idéia de que as discussões do autor já apontavam para uma interpretação do discurso como *acontecimento* (ocorrência). Partindo dessa conclusão sobre Bakhtin, o autor vai recusar a idéia de discurso como atualização de uma dada esfera institucional, afirmando que " a recusa à noção de uma tipologia do discurso e a defesa da noção de discurso enquanto acontecimento levam a ver o 'Relatório Pinotti' em sua especificidade e não como um exemplo ou atualização do 'discurso médico'." (17)

Contraditoriamente a essa afirmação, Britto prossegue dizendo, no entanto, que:

Tal enfoque não deve prescindir da sua localização histórico-social. Se se procurou até aqui desvincular a caracterização de um discurso de definições de natureza sociológica, seria muita inocência querer negar que é junto às práticas médicas que um discurso como este tem mais possibilidade de se realizar, mesmo porque, admitida a hipótese de que as formas lingüísticas (e suas regras de uso) se constroem a partir da atividade social, será a medicina o lugar privilegiado para a sua produção. Neste sentido, as observações anteriores não invalidam a proposta de se buscar, para a análise de um discurso particular, o entendimento do modo como ele se insere no meio social, a instituição médica, no caso específico deste trabalho. (BRITTO, 1988, 140).

Como se vê, a segunda colocação de Britto é abertamente contraditória em relação à primeira. Provavelmente o autor enfrentou problemas quando de sua análise empírica e foi levado a sustentar tal ambigüidade. Dada a nossa opção em discutir prioritariamente a compreensão

(17) Ibidem, p. 140.

de Britto em relação às idéias de Bakhtin, deixemos a contradição de lado, para nos concentrarmos no que realmente importa.

Quando Britto termina concedendo ao institucional (o médico, no caso), somos levados a crer que embora ele tenha feito uma síntese adequada do capítulo 7 de Marxismo e filosofia da linguagem, provavelmente a sua leitura desse capítulo aconteceu de forma isolada em relação ao restante do livro. O erro de Britto foi o de interpretar *tema* em Bakhtin unicamente do ponto de vista momentâneo, circunstancial do discurso. É claro que em situações mais simples de interação verbal, os diálogos rápidos que travamos no dia-a-dia, temos igualmente temas simples. Nesses casos, normalmente a apreensão do sentido do que é dito necessita apenas do contexto imediato em que estão inseridos os interlocutores. Entretanto, à medida que o discurso se torna mais complexo - e isso ocorre sempre que um discurso representa áreas de domínio específico, ligadas a estruturas sociais que adquiriram permanência histórica diante do quadro social - o tema geralmente transcende o momento de produção do discurso. É fundamental, nesses casos, o estudo das determinações históricas e sociais que estão na base da prática e do discurso dessas áreas específicas.

Britto percebeu essa necessidade, por isso a sua concessão à instituição médica. Contudo, achamos que o autor poderia ter se livrado da contradição que apontamos, ao mesmo tempo em que teria encontrado uma base mais segura para sua discussão de discurso enquanto tipo, se tivesse se debruçado com mais atenção sobre os capítulos 2 e 6 de Marxismo e filosofia da linguagem. No capítulo 2, por exemplo, Bakhtin vai destacar a necessidade da lingüística de se concentrar em questões normativas da linguagem que não dizem respeito apenas ao sistema lingüístico, elegendo como área de preocupação o estudo das formas de comunicação (gêneros discursivos) criadas no

contexto de interação das mais diversas áreas de domínio específico da sociedade. Ele vai dizer que:

A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação [...] e enfim, o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. *Eis porque a classificação das formas da enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal.* (BAKHTIN, 1986, 43).

Cumpra aqui não perder de vista a perspectiva epistemológica de Bakhtin que, obviamente, deve nos livrar de uma interpretação a-histórica da expressão *formas de comunicação*.

Defendendo a mesma idéia, no capítulo 6, Bakhtin vai afirmar ainda que:

Toda situação inserida duravelmente nos costumes possui um auditório organizado de uma certa maneira e conseqüentemente um certo repertório de pequenas fórmulas correntes. A fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo. [...] No que se refere às formas da comunicação ideológica no sentido preciso do termo - as formas das declarações políticas, atos políticos, leis, decretos, manifestos, etc.; - e as formas das enunciações poéticas, tratados científicos, etc- todas elas foram objeto de pesquisas especializadas em retórica e poética. Mas [...], essas pesquisas estiveram completamente divorciadas, de um lado, do problema da linguagem, e de outro, do problema da comunicação social. (BAKHTIN, 1986, 126).

Por estas últimas colocações de Bakhtin parece ficar claro que para o autor a comunicação social só pode ser estudada adequadamente quando levamos em consideração a sua natureza histórica e social. Seguindo

esse raciocínio, o estudo do discurso deve ser o mais abrangente possível. Para entendermos o discurso de determinadas esferas ideológicas, cumpre reconstituir suas origens (ou ao menos parte delas), seu universo de interação relativamente estável conquistado ao longo da história para, assim, entendermos melhor o momento em que esse discurso se atualiza no presente.

Essa particularidade fundamental do pensamento de Bakhtin infelizmente não foi explorada de forma devida por Britto. Como consequência disso, além de o autor tornar fracos seus reparos a Bakhtin, ele não soube aproveitar corretamente as idéias presentes no capítulo 7 de Marxismo e filosofia da linguagem, perdendo a oportunidade de ampliar ainda mais a boa discussão que propõe sobre os problemas hoje enfrentados pela análise do discurso.

Sabemos que estamos sendo repetitivos. Contudo, como apontamos no terceiro capítulo, sabemos também que o descuido com questões de fundo acaba por prejudicar uma leitura mais coerente do texto científico do outro dentro das ciências humanas. Por isso, não podemos deixar de lamentar aqui o fato de Britto não ter sido mais rigoroso na apreensão da epistemologia de Bakhtin; isso certamente elevaria ainda mais a boa qualidade de sua tese.

O terceiro trabalho a ser analisado, de Eleni Jacques Martins(1987), intitula-se Enunciação e diálogo. Nesse estudo, a autora investiga a natureza do diálogo e suas possibilidades de ocorrência. Martins inicia o seu trabalho, descrevendo e criticando as concepções de diálogo de alguns autores que condicionam o processo de diálogo a circunstâncias extralingüísticas. Através dessa crítica e da análise do material empírico (cartas) utilizado pela autora, ela chega à conclusão de que o diálogo é uma qualidade

da enunciação, quando nesta há um ponto de equilíbrio de poder da palavra entre os interlocutores.

Na parte inicial de sua tese, Martins procede à descrição e à crítica às idéias daqueles autores preocupados com o discurso e a pragmática. Entre os autores analisados figuram Bakhtin, Pêcheux e Grice. Seguindo nosso objetivo inicial, vamos nos ocupar apenas com a discussão que a autora faz do pensamento de Mikhail Bakhtin.

As idéias do autor vão aparecer de forma mais global no tópico Conceito de diálogo em teorias do discurso e da intersubjetividade, no primeiro capítulo. Nesse momento, Martins apresenta diversos aspectos relativos ao pensamento de Bakhtin, fazendo uma boa recuperação das idéias gerais do autor. Descreve com clareza a abordagem sociológica que Bakhtin faz da linguagem, dando ênfase à relação de alteridade imprescindível no processo de constituição da consciência, apontada por aquele autor, fazendo referência à importância do signo, concebido sociologicamente, na formação da realidade psíquica interior. Prossegue, apresentando, também com correção, as idéias de Bakhtin sobre a distinção discursiva existente entre as ciências humanas e naturais, o estudo sobre a polifonia em Dostoiévski e as críticas do autor sobre as correntes da lingüística de sua época.

Apesar da boa resenha sobre Bakhtin, Martins comete alguns equívocos em relação ao pensamento do autor que revelam um certo desnível entre o que ela apresenta e a compreensão que efetivamente elabora. O principal deles, dado o seu caráter generalizante, se revela na insistência da autora em afirmar que Bakhtin é o *criador* da **teoria do dialogismo**. A crença nessa idéia está na base da compreensão que Martins tem do autor. Abaixo transcrevemos dois textos da autora, o primeiro do início da

abordagem sobre Bakhtin e, o segundo, referente ao término de sua discussão sobre o autor, que apontam para isso:

1) ...para Mikhail Bakhtin, o criador da teoria do dialogismo (grifo nosso) [...] comunicação só existe na reciprocidade do diálogo e significa muito mais que a simples transmissão de mensagens. (18)

2) No percurso desta resenha do pensamento de Bakhtin, deparamo-nos com diversas versões de dialogismo (grifo nosso) pois, como vimos, esse é um conceito que o autor reconstrói a cada novo objeto de reflexão: o conhecimento, o romance, a linguagem, etc. (19)

As citações acima deixam transparecer que para a autora Bakhtin colocou como primeiro objetivo de suas reflexões criar uma teoria do diálogo. A partir dessa preocupação é que o autor vai se deter, então, em áreas diversas do conhecimento, sempre com a intenção de ampliar sua conceituação de diálogo.

Martins interpreta de modo inverso o papel do diálogo na teoria de Bakhtin. Pelo seu raciocínio, a preocupação de Bakhtin em estudar epistemologia das ciências, estética geral, estética literária, linguagem, etc., se justificaria apenas em função do desejo do autor de entender os mistérios que envolvem o diálogo. A existência de um novo conceito de diálogo no percurso das discussões de Bakhtin é uma idéia avessa, uma fragmentação que em momento algum combina com a sua visão de totalidade. Antes de tudo, é preciso entender que *diálogo* (ou dialogismo) em Bakhtin não pode ser entendido como um conceito, mas sim como um pressuposto geral, base do olhar cientificamente plural do autor. O diálogo, na verdade, tanto nos

(18) MARTINS, Eleni J. Enunciação e diálogo. Campinas, 1987. Dissertação (Doutoramento em Ciências) - Universidade Estadual de Campinas. p. 17.

(19) Martins, p. 29.

estudos de linguagem quanto em relação às outras áreas de interesse do autor, é o reflexo de sua visão de mundo, ou, mais precisamente, o pressuposto materialista e dialético do autor que, fiel à sua base epistemológica, transpõe para os estudos humanísticos, notadamente os referentes à linguagem, a concepção sociológica de mundo engendrada pelo marxismo.

E é essa mesma base sociológica que torna possível a elaboração da concepção de *signo*, *enunciado*, *polifonia* e *carnavalização*, esses sim conceitos em Bakhtin. O diálogo, resultado da interação lingüística viva, para o autor, é por assim dizer, a condição necessária para a existência da linguagem. Nas críticas à concepção de signo de Saussure e nas discussões sobre enunciado, Bakhtin deixa claro o aspecto responsivo, portanto dialógico, das línguas humanas. O diálogo, em Bakhtin, não representa um conceito, pois é, repetimos, a própria concepção de mundo, de sociedade do autor, que vai, a partir dessa cosmovisão, perceber na linguagem um inestimável valor heurístico.

Outro ponto que indica fragilidade na compreensão que a autora tem de Bakhtin aparece na sua insatisfação com a concepção de *sujeito* do autor. Segundo Martins:

Em Bakhtin, encontramos justificativa para estudar o diálogo como uma relação intersubjetiva. Entretanto, embora a constituição dos sujeitos se dê no plano ideológico dos discursos, onde ocorrem os embates pela disputa do poder em todos os níveis, esses sujeitos parecem dotados de uma equidade que contradiz sua própria origem. O que vemos são sujeitos constituindo-se plenamente em suas relações enunciativas, não importando a extensão do recorte em que as consideremos: nas relações de intertextualidade, no discurso polifônico do romance, na atribuição conjunta de sentidos na atividade lingüística cotidiana. Ficamos, então, com a sugestão de Bakhtin de uma concepção intersubjetiva de diálogo (constituidora de sujeitos), mas esperamos ainda a sugestão de uma re-

lativização da subjetividade ali constituída.
(MARTINS, 1987, 84-85).

O descontentamento de Martins em relação à noção de **sujeito** de Bakhtin parece emergir do fato de que para ela só pode haver sujeito no diálogo quando entre os interlocutores existe equidade sócio-ideológica, equidade política. Para Bakhtin, no entanto, sujeito está colocado em outros termos. Com dizer que a consciência subjetiva é ideológica, o autor quer apenas marcar a inseparabilidade entre homem, história e linguagem. A partir da idéia de que a linguagem é produto da história das interações dialógicas e ideológicas entre os homens, Bakhtin vai entender a *consciência subjetiva* como um processo de socialização possível somente a partir de sua inserção no mundo da linguagem. É ela, com seu universo de signos ideológicos, que vai constituir o mundo semiótico-ideológico do sujeito, que só assim adquire condições de objetivar-se perante seu contexto social. Nesse processo de objetivação, o sujeito assimila um universo específico de valores sociais, isto é, adquire uma visão de mundo específica (uma ideologia) decorrente do tipo de relações sociais a que foi submetido. E é esta visão de mundo específica que vai constituir a base das relações dialógicas do sujeito. Um falante é, assim, um sujeito e não outro porque seu universo axiológico é um e não outro.

Acreditamos que o que levou a autora a entender sujeito em Bakhtin da forma como ela apresenta foi a sua interpretação não muito clara do que o autor entende por diálogo. Para Bakhtin:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra 'diálogo' num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda

comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.
(BAKHTIN, 1986, 123).

É em função dessa idéia mais ampla de diálogo que Bakhtin vai entender o sujeito, constituído numa individualidade própria, que adquiriu a possibilidade de interagir e responder a seus interlocutores. Do ponto de vista do autor, pode não haver equidade social entre interlocutores, os sujeitos podem estar situados em pontos sociais diferentes, mas sempre haverá, de uma forma ou outra, equidade discursiva; ou seja, sempre haverá direito ao uso da palavra, mesmo que esta ecoe apenas na nossa consciência, já que é próprio da linguagem o caráter dialógico-responsivo. Martins, infelizmente, não entendeu a perspectiva dialógica de Bakhtin, interpretando as idéias do autor com o olhar impregnado pelo conceito de diálogo tradicional, com interlocutores colocados face a face. Nossas experiências lingüísticas cotidianas, no entanto, servem para demonstrar o quanto, muitas vezes, podemos ser impedidos de responder em voz alta a nossos interlocutores, por questões de hierarquia social, mas não nos furtamos a discutir e a nos opor (enfim, dialogar) às suas idéias de forma silenciosa e reservada. Essas relações dialógicas acontecem diariamente dentro das famílias, entre pais e filhos, marido e mulher; nas empresas, entre patrões e empregados; entre amigos, etc. Um oficial diante de uma tropa de soldados, por exemplo, ao emitir o comando de "Ordinário, marche", obviamente não recebe como resposta unicamente a ação de marchar dos soldados. Numa situação como essa, dificilmente existe identidade sócio-ideológica entre os interlocutores, porém isso não impede que cada soldado em separado manifeste sua individualidade, seu ponto de vista pessoal sobre a situação e o enunciado. Nada pode impedir cada soldado de avaliar, interpretar e responder intimamente de forma diferenciada ao comando recebido, mesmo que todos

se ponham imediatamente a marchar ao ouvi-lo. Muitos provavelmente acharão aquilo tudo uma grande idiotice, outros interpretarão o comando com orgulho e presteza e outros, por fim, podem responder ao comandante com impropérios surdos. A equidade subjetiva, do ponto de vista da linguagem, antes que um defeito é, parece-nos, uma grande virtude, já que o seu estudo aponta para dimensões da linguagem com as quais nem sempre se ocuparam os lingüistas.

É essa ampliação da noção de diálogo e de interação lingüística que embasam a boa análise que Bakhtin faz da literatura de Dostoiévski, particularmente dos monólogos criados por este.

E é ao tratar das conclusões de Bakhtin sobre Dostoiévski que Martins revela certa distância na compreensão do aspecto dialógico da linguagem, o que a faz tirar conclusões equivocadas sobre a noção de sujeito do autor. Segundo ela:

Bakhtin formulou uma teoria do dialogismo muito geral: toda comunicação é intersubjetiva e dialógica. Entretanto considera Dostoiévski como o criador do romance dialógico (polifônico), contrapondo a obra desse autor a tudo mais no mundo da ficção, que qualifica como monológico. É possível que a empatia e a admiração (justificáveis) pelo romance de Dostoiévski o tenham levado a esta restrição, contraditória em relação a sua própria teoria, do dialogismo a um só autor. Em todo caso, a hipótese de romances monológicos é inexpressiva na obra de Bakhtin, que tem extraordinária relevância pela interpretação dialógica da linguagem em todas suas manifestações. (MARTINS, 1987, 77).

Como já dissemos no início deste trabalho, a originalidade da crítica de Bakhtin em relação à obra de Dostoiévski está no fato de que o autor percebeu nela uma representação da linguagem, em forma artística, muito próxima às relações lingüísticas reais, nas quais fica resguardado o

direito pleno de resposta a todos os interlocutores, mesmo que seja do tipo silenciosa. Nesse sentido, o erro que Martins comete agora é o de confundir *polifonia* com *dialogismo*.

Do ponto de vista da linguagem, parece óbvio que Bakhtin vai considerar todo romance ou obra artística como sendo dialógica, afinal, como bem define o autor em Marxismo e filosofia da linguagem todo signo e todo enunciado (linguagem em uso) se caracteriza pela capacidade de geração de diálogo-resposta, elo de interação entre interlocutores; e uma obra literária é, na acepção do autor, um enunciado complexo, pleno de propostas dialógicas. Sendo assim, o diálogo (ou dialogismo), no sentido em que emprega Bakhtin, é a condição fundamental para a existência da polifonia literária, quando a entendemos como preocupação principal do artista em criar personagens vivas e independentes do ponto de vista lingüístico. Como o próprio Bakhtin afirma, "o principal na polifonia de Dostoiévski é justamente o fato de ela realizar-se entre diferentes consciências, ou seja, são a interação e a interdependência entre estas." (BAKHTIN, 1981, 29).

Afirmção, aliás, que o autor reitera mais adiante, quando diz que Dostoiévski:

...não constrói a personagem com palavras estranhas a ela, com definições neutras; ele não constrói um caráter, um tipo, um temperamento nem, em geral, uma imagem objetiva do herói; constrói precisamente a *palavra* do herói sobre si mesmo e sobre o seu mundo. (BAKHTIN, 1981, 45).

Desse ponto de vista, é preciso perceber que o conceito de *monológico* aplicado por Bakhtin para distinguir obras não polifônicas está relacionado à forma geral de composição e construção do mundo onde se relacionam as personagens e ao controle da visão de mundo destas pelo autor

do, sem propriamente negar a possibilidade de se manter qualquer tipo de diálogo com a obra em si. Toda obra poética, em sentido amplo, é dialógica, mesmo que na maioria dos casos as personagens não o sejam.

Em Machado de Assis, por exemplo, tanto nos contos como nos romances, há uma relação de causa e efeito, um certo acabamento na construção das personagens, providencial para que o autor, através delas, possa representar seu ceticismo em relação aos valores sociais e humanos. Na sua obra, as personagens estão a seu serviço, não são consciências independentes como em Dostoiévski, mas nem por isso o autor deixa de ser dialógico quando expõe sua visão de mundo literariamente. O autor de Dom Casmurro é, assim, um autor monológico porque sua visão de mundo (sua voz) suplanta a voz de suas personagens, mas sua linguagem, mesmo não sendo polifônica, é uma fonte inesgotável de diálogo se nos propomos a entender nossa condição humana.

As confusões de Martins a respeito das idéias de Bakhtin sobre sujeito e diálogo, discutidas acima, revelam que a autora deixou de perceber, nos tópicos que estudou, a unidade do autor, decorrente dos seus fundamentos teóricos. Se ela tivesse se detido na discussão sociológica de signo e de enunciado de Bakhtin, certamente teria tido uma interpretação diferente de sujeito e diálogo, o que a faria, acreditamos, entender melhor a análise que o autor faz de Dostoiévski.

Martins, no entanto, por não ter procedido dessa forma, interpreta Bakhtin de forma fragmentária, tirando das partes conclusões que não são verdadeiras, quando não perdemos de vista a totalidade do pensamento do autor e a sua conseqüente unidade metodológica. Ao analisar as idéias do autor sobre *tema e significação*, isso fica ainda mais evidente.

É perfeitamente harmônica com a concepção geral de linguagem apresentada por Bakhtin a relação dialética que ele estabelece entre significação e tema, embora não nos pareça adequado ao contexto global de sua proposta caracterizar a significação como '*elemento abstrato igual a si mesmo*'. [...]

De acordo com nossas idéias não opinariamos por desconsiderar a distinção tema-significação desde que pudéssemos postular ambos como concretos e historicamente determinados sem apelar, portanto, para um conceito como o de língua, que coloca qualquer investigação no plano do que o próprio Bakhtin qualifica como o de 'objetivismo abstrato'. (MARTINS, 1987, 121-122)

Nessas observações a autora comete o mesmo equívoco apresentado por Britto, e já discutido em páginas anteriores. Não achamos correto da parte da autora o fato de ela se utilizar de uma única expressão (*elemento abstrato igual a si mesmo*) para negar a Bakhtin o seu olhar dialético e histórico sobre a linguagem, seja esta focalizada em uso ou no seu momento abstrato. Inferências desse tipo servem apenas para reiterar a idéia de que a autora fez uma leitura fragmentada do autor. Afinal, tal afirmação reitera a fragilidade da sua compreensão sobre o conjunto do pensamento de Bakhtin, que, repetidas vezes nos ensina que a palavra, para ser entendida (para adquirir sentido real), deve ser sempre contextualizada. E contextualizar aquela expressão apenas no capítulo 7 de Marxismo e filosofia da linguagem, como faz a autora, não nos parece nada razoável quando quem interpretamos possui uma obra de fôlego como a de Bakhtin.

Com essas últimas observações sobre a leitura que Martins fez de Bakhtin, encerramos aqui a análise do seu trabalho. Passemos então ao quarto e último texto a ser analisado.

Ana Maria D. C. de Miranda Oliveira, em Contribuição para o estudo da ironia em "Uma campanha alegre" de Eça de Queirós (1990), faz uma reflexão sobre as diversas conceituações de ironia, buscando a origem

desse conceito, a sua versão nas tradições grega e latina, nos séculos XVII e XVIII, no romantismo, até chegar aos conceitos formulados na atualidade. Após esse estudo, a autora conclui que:

...seja qual for a conceituação de que se parta, a ironia envolve sempre uma série de elementos, espécie de invariantes, que todos os projetos de uma maneira ou de outra acabam por reconhecer, como sejam a ambigüidade, a máscara, a convivência dos contrários, a polissemia. Envolve também, a nível de enunciação, uma atitude do locutor em relação ao enunciado, um jogo de aproximação-distanciamento, fundamental ao nível das estratégias de negociação do sentido, colocando em relação o implícito e o explícito. Por outro lado, a ironia se define sempre pela cumplicidade entre locutor e ouvinte e pela importância do apelo ao contexto ou situação de discurso. (OLIVEIRA, 1990, 104).

E prossegue, afirmando ainda que:

...a ironia se organiza como um discurso parasitário, uma construção sobre elementos de outros discursos ou os pressupostos deles, numa relação dialógica e interdiscursiva. Esta relação, por sua vez, põe em foco a alteridade, a relação com o outro e as diferenças que esse outro instala por relação ao eu, acentuando e 'arremedando' a heterogeneidade de todo o discurso. A intenção é, por conseguinte, mostrar, em primeiro lugar, como a ironia se constrói no discurso sobre a multiplicidade das imagens plurais e 'cruzadas', num espetáculo do tipo plurivocal. (OLIVEIRA, 1990, 105).

A partir dessas conclusões sobre ironia a autora passa, então, a analisar os textos que compõem a obra Uma campanha alegre, de Eça de Queirós. Como já dissemos no início deste capítulo, o que nos interessa aqui não é a análise empírica dos autores, muito menos o resultado dela, mas sim a abordagem que fizeram de Bakhtin. Sendo assim, selecionamos do trabalho de Oliveira apenas o momento em que ela faz referência a conceitos

formulados pelo autor. Isso acontece quando a autora analisa as conceituações de ironia da atualidade, no tópico Ironia e polifonia. Nesse momento, a autora faz uma breve apresentação das idéias de Ducrot e Bakhtin, buscando subsídios na polifonia de ambos, a fim de elucidar alguns aspectos envolvidos na ironia. Em seguida, Oliveira passa então a comparar ambas as teorias. Segundo ela:

A teoria da polifonia de Ducrot baseia-se confessadamente em Bakhtin e em algumas intuições discernidas principalmente em Sperber e Wilson (1978). Assumindo o postulado bakhtiniano de que a literatura popular, '*carnavalesca* ou *mascarada*', se caracteriza pela existência de um autor assumindo diferentes máscaras e pela existência de uma fala constituída por vozes simultâneas, estabelece uma semelhança entre esse tipo de literatura e determinados enunciados da linguagem comum (numa adequação da teoria à lingüística). (OLIVEIRA, 1990, 97).

E continua, mais adiante, concluindo:

Comparando os postulados teóricos de Bakhtin com os de Ducrot e, apesar da margem de contato, verificamos que os pressupostos não se assimilam inteiramente, ficando o desvio principalmente por conta das posições ideológicas e do quadro disciplinar e operatório em que operam, o Discurso Literário e a Semiótica, num caso e a Semântica Pragmática no outro. O trabalho de Ducrot apresenta a vantagem de trabalhar com unidades menores (enunciados) o que favoreceu o desenvolvimento de um instrumental de análise que o trabalho de Bakhtin não tem [...]. (OLIVEIRA, 1990, 102).

Pelas citações acima percebemos que Oliveira interpreta Bakhtin seguindo os parâmetros da análise que Ducrot fez deste autor. Nesse sentido, a fim de evitarmos repetições cansativas, ficam válidas aqui, para a

autora, as críticas que fizemos à leitura de Ducrot sobre Bakhtin no primeiro e terceiro capítulos deste trabalho.

Oliveira, assim como Ducrot, se aproxima da obra de Bakhtin apenas a partir de suas discussões sobre literatura, não se importando em conhecer a fundamentação de base, conquistada pelo autor nas suas reflexões sobre linguagem, apresentadas principalmente no livro Marxismo e filosofia da linguagem. Isso fica evidente quando a autora, sem nenhum constrangimento, afirma que Ducrot fez uma adequação da polifonia de Bakhtin à teoria lingüística, como se este autor não tivesse nenhuma teoria lingüística; e mais, como se a teoria lingüística de Bakhtin fosse um segmento de suas discussões sem relação alguma com suas reflexões sobre literatura.

E quando a autora afirma que a teoria de Ducrot, por trabalhar com unidades menores (enunciados), favorece o desenvolvimento de um instrumental de análise que a teoria de Bakhtin não possui, ficamos com a certeza de que Oliveira sequer se dispôs a refletir sobre a base epistemológica do autor. Com isso, da mesma forma que Ducrot e a maioria dos lingüistas, acabou optando pela visão tradicional de enunciado, muito mais identificado com a frase do que com o conceito de enunciado formulado por Bakhtin que, como sabemos, é a chave para a análise literária a que ele se dedica.

O entendimento da relação indissociável entre a teoria lingüística de Bakhtin e os seus trabalhos sobre estética literária indubitavelmente teriam fornecido subsídios mais consistentes para a autora analisar o fenômeno da ironia. As conclusões de Bakhtin sobre a paródia e a ambivalência discursiva presentes no discurso carnavalesco da Idade Média e do Renascimento, por exemplo, só são possíveis a partir das reflexões do autor sobre o caráter ideológico do signo e do enunciado.

Se a autora tivesse se detido melhor sobre as discussões de base de Bakhtin, certamente teria encontrado um aparato metodológico seguro para estudar a ironia. Afinal, determinados aspectos da ironia, como a convivência dos contrários, a polissemia, a cumplicidade entre locutor e ouvinte, apelo ao contexto, etc., que são recorrentes na conceituação de muitos dos autores estudados por Oliveira, se constituem em temas que, direta ou indiretamente, estão contemplados nas discussões de signo e de enunciado de Bakhtin.

Um estudo mais atento de Bakhtin, repetimos, teria livrado a autora das contradições a que se submeteu e, tranqüilamente, teria trazido novas luzes ao seu estudo da ironia, já que no autor, Oliveira teria encontrado uma caracterização sociológica desse fenômeno; caracterização essa, bem mais de acordo às observações que a própria autora faz sobre ironia, e que citamos anteriormente.

Com o trabalho de Oliveira, terminamos aqui a análise dos trabalhos em análise do discurso que nos havíamos proposto a avaliar. Da leitura que realizamos desses trabalhos, chegamos à conclusão de que todos os autores estudados, apesar dos diferentes temas a que se dedicam, realizaram uma leitura interpretativa muito aquém daquela que imaginamos merece a obra de Bakhtin. Da mesma forma que Ducrot, esses autores parecem não ter tido a preocupação de aprofundar a perspectiva epistemológica do autor, o que gerou uma série inevitável de má compreensão e de equívocos que, para relembrar, podemos resumir da seguinte forma: indecisão na opção entre lingüística formal e lingüística sociológica (Fiorin); falta de aproveitamento de determinadas discussões feitas por Bakhtin (gêneros discursivos) e correções indevidas sobre o pensamento do autor (Britto); inferência incorreta sobre os interesses científicos do autor (Martins); e, por fim, conclusão precipitada

sobre a obra lingüística de Bakhtin a partir do estudo isolado das discussões do autor sobre literatura, mais especificamente sobre polifonia (Oliveira).

Retomando o que dissemos no terceiro capítulo, podemos concluir que, mesmo de forma inconsciente, os autores analisados fizeram uma leitura fraca de Bakhtin, desconsiderando os *pressupostos éticos de leitura do enunciado do outro no quadro das ciências humanas*, que descrevemos anteriormente. Esse fato é lamentável quando sabemos que a *análise do discurso* vem tentando se estabelecer como área distinta nas discussões dentro da lingüística. O respeito a essa área de estudos lingüísticos, imaginamos, só poderá advir de uma qualificação teórica maior e mais consistente que, de fato e de vez, consiga suplantar a tradição eclética que a tem caracterizado.

Como já observamos no início deste capítulo, Bakhtin nos parece ser atualmente o autor que mais condições reúne, em função de suas preocupações epistemológicas, de conferir alguma sistematização teórica e metodológica para o estudo do discurso. Essas condições, todavia, só poderão emergir se os analistas do discurso se propuserem um pouco mais de ousadia no embate com as concepções tradicionais de linguagem, um estudo mais rigoroso e extenso do autor e, em alguns casos, a superação do preconceito ainda vigente em relação às perspectivas sociológicas de linguagem, principalmente as oriundas do marxismo.

Sem uma reflexão constante sobre esses pontos, continuaremos a ver Bakhtin citado apenas por obrigação e modismo, mas não por motivação epistemológica e empírica. A persistir isso, somos levados a acreditar que o estudo do discurso dificilmente deixará de ser uma área marginal no conjunto dos demais estudos lingüísticos, e aí, continuaremos obrigados a concordar com Possenti, para quem:

O tema discurso continua vago. Aliás, é cada vez mais vago. Está se transformando numa espécie de lixeira para onde se recolhem os restos da lingüística, sejam os restos que sobram de uma gramática ou estrutura, sejam os restos que sobram das sentenças, sejam os que decorrem da oposição *type-token*. De alguma maneira, resume-se aos restos que sobram das tentativas de operar cientificamente, isto é, com regras gerais, sobre os dados lingüísticos. (POSSENTI, 1988, 1).

BAKHTIN E O SEU MÉTODO

Prosseguindo no percurso de uma leitura de maior conjunto da obra de Bakhtin, e em face dos inúmeros problemas de interpretação que ela tem gerado, faz-se necessário agora, como forma de contribuição ao entendimento do pensamento do autor, tentar esclarecer alguns pontos relativos ao seu método. Essa discussão é fundamental, pois somente ela poderá nos livrar da aproximação dicotomizadora e superficial da obra de Bakhtin, que tem caracterizado a utilização de suas idéias nas mais variadas áreas do pensamento humanístico de forma completamente aleatória, não percebendo nela o elo teórico-filosófico de base que a unifica e engrandece,

O primeiro passo importante nessa busca é não perdermos de vista as vinculações do autor com o pensamento marxista, responsável por seu olhar eminentemente histórico e social sobre a relação **linguagem, homem e sociedade**.

Partindo desse ponto de vista, a epistemologia lingüística de Bakhtin, sua reflexão sobre a linguagem é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e o fundamento metodológico que une toda a gama de estudos realizados pelo autor. Sem esse entendimento, o estudo de cada área particular a que ele se dedicou ficará sempre comprometido, ora através da reificação inconseqüente dos conceitos que formulou (atitude que tem caracterizado principalmente a leitura de suas obras sobre poética), ora na tentativa de se fazer, a partir das discussões particulares, inferências nem sempre corretas sobre a teoria de linguagem do autor.

Já frisamos em páginas anteriores que a perspectiva de linguagem assumida por Bakhtin pode ter um aproveitamento bastante

produtivo para o estudo da linguagem em uso, servindo de base metodológica para o fortalecimento de uma teoria do discurso. Infelizmente, o fato de Bakhtin ter se dedicado empiricamente apenas ao estudo do discurso literário, e a falta de uma exegese maior sobre sua teoria lingüística têm gerado, de um lado, a crença de que a metodologia do autor serve apenas ao estudo da literatura e, de outro, o pouco aproveitamento de seus pressupostos gerais na criação de uma metodologia de estudo adequada a outras formas de discurso.

Cumpra em primeiro lugar, portanto, focalizar o objeto de preocupação científica de Bakhtin que, ao ver a linguagem como realidade sócio-histórica, vai se afastar da tarefa mais comum aos lingüistas tradicionais que estudam, na maioria das vezes, a gramática das línguas humanas, ora numa perspectiva imanente de linguagem, ora numa perspectiva inatista. Por ver a linguagem dialeticamente, tanto os aspectos formais (gramaticais e discursivos) quanto os aspectos relativos ao conteúdo, que no conjunto integram a linguagem, são, para Bakhtin, a todo momento relativizados pelo tempo, já que todos eles têm sua origem e continuidade no confronto socioideológico. Nesse sentido, suas mudanças e alterações (seu movimento) só podem ser estudadas quando focalizamos a **interação verbal** na sua integralidade. Numa perspectiva sociológica da linguagem, portanto, a interação socioverbal é um conjunto complexo e dinâmico de elementos relacionados intrinsecamente, no qual interagem o homem, sua linguagem (num amplo espectro) e sua história.

É esse segundo princípio teórico-metodológico - a seleção da interação verbal como objeto central de preocupação - que unifica e confere coerência ao trabalho de Bakhtin no estudo que ele realiza das várias áreas específicas do conhecimento. À primeira vista pode parecer que o estudo da linguagem advindo do enfoque sociológico tende a desconsiderar os aspectos

formais (gramaticais e discursivos), concentrando-se apenas nas questões relativas ao conteúdo da realização lingüística, isto é, apenas ao seu sentido. Esse tipo de leitura, bastante freqüente em relação a Bakhtin, também tem sido responsável pelo pouco aproveitamento das idéias do autor nos estudos do discurso. Sobre essa questão, vale a pena registrar aqui uma fala de Bakhtin que, por ter sido construída para uma discussão sobre poética, assume para nós um duplo significado explicativo. De um lado, serve para esclarecer como o método sociológico encara a relação *forma e conteúdo* na linguagem e, de outro, para apontar o aproveitamento empírico possível do método para a pesquisa de outras formas discursivas. Assim, para o autor (VOLOSHINOV):

A fallacious view, but one adhered to even by certain Marxists, has it that the sociological method become legitimate only at that point where poetic form acquires added complexity through the ideological factor (the content) and begins to develop historically in conditions of external social reality. Form in and of itself, according to this view, possesses its own special, not sociological but specifically artistic, nature and system of governance. Such a view fundamentally contradicts the very bases of the Marxist method - its monism and its historicity. The consequence of this and similar views is that form and content, theory and history, are rent asunder. (VOLOSHINOV, 197, 93).

Ao apontar a interação socioverbal como a efetiva realidade da linguagem e, portanto, como objeto principal de preocupação da lingüística, Bakhtin vai refutar a frase como unidade central de análise por entender que as categorizações gramaticais criadas a partir dela são insuficientes na revelação dos fenômenos existente na dinâmica das relações lingüísticas vivas. Em função disso, o autor vai eleger o *enunciado* como unidade real de análise para estudar a linguagem. Embora já tenhamos, no segundo capítulo,

discutido o conceito de enunciado, é bom recordarmos aqui algumas de suas características.

Em primeiro lugar, é importante ter claro que o enunciado se constitui num ato vivo de realização lingüística, no qual interlocutores reais se relacionam lingüisticamente. Caracterizado dessa forma, o enunciado, na ótica de Bakhtin, é um conceito bastante abrangente, absorvendo todas as demais denominações comumente utilizadas para se referir à linguagem em uso, tais como: atos de fala, discurso, texto, etc.

O segundo ponto, igualmente importante, é perceber que, dependendo de sua extensão e complexidade, dependendo do espaço social em que é produzido e do número de interlocutores ligados a ele historicamente, podemos classificá-lo em simples ou complexo. Os enunciados simples seriam as falas breves, mais comuns às relações cotidianas mais imediatas, como cumprimentos, ordens, conversas familiares, debates breves, etc., que normalmente envolvem um número reduzido de interlocutores e acontecem num espaço de tempo relativamente curto. Os enunciados complexos, por sua vez, por estarem ligados às mais variadas esferas da atividade social, que desenvolvem ao longo do tempo formas relativamente estáveis de comunicação (gêneros discursivos), possuem como característica básica o fato de envolverem um número bem maior de interlocutores e de relações. Devido a essa particularidade, o enunciado secundário tende a extrapolar o tempo em que é produzido, estabelecendo, ao mesmo tempo, um diálogo maior e mais complexo com o passado e o presente; diálogo esse que transcende as particularidades da esfera de atividades em que foi produzido.

Assim, classificam-se como enunciados complexos toda a sorte de textos e obras produzidas dentro das discussões filosóficas,

científicas, jurídicas, políticas, pedagógicas, etc. Cada um desses ambientes, na sua individualidade histórica, desenvolve um discurso e uma visão de mundo próprias acerca da realidade social; em outras palavras, cada esfera em separado desenvolve ao longo do tempo um sistema axiológico particular e formas relativamente estáveis de comunicação. Esses sistemas particulares, contudo, não se constituem autonomamente dentro do espaço histórico-social, uma vez que estão enquadrados num contexto social mais amplo e determinante, fundado nas relações econômicas de base. A discussão de Bakhtin e Medvedev sobre a esfera literária pode exemplificar o que dissemos.

[...] the literary environment itself in its turn is only a dependent and therefore actually inseparable element of the general ideological environment of a given epoch and a given sociological unity. Both in its totality and in each of its elements literature occupies a definite place in the ideological environment, is oriented in it, and defined by its direct influence. In its turn the ideological environment in its totality and in each of its elements is likewise a dependent element of the socioeconomic environment, is determined by it, and is permeated from top to bottom with socioeconomic laws of development.

We thus have a complex system of interconnections and mutual influences. Each element of the system is defined within several unique but interrelated unities." (BAKHTIN;MEDVEDEV,1978,27).

E prosseguem afirmando que:

The work cannot be understood outside the unity of literature. But this whole unity and the individual works which are its elements cannot be understood outside the unity of ideological life. And this last unity, whether it is taken as a whole or as separate elements, cannot be studied outside the unified socioeconomic laws of development. (BAKHTIN;MEDVEDEV,1978,27).

As afirmações de Bakhtin e Medvedev, registradas acima, são igualmente válidas para o entendimento das relações de interação estabelecidas por outras esferas sociais que não a literatura em particular. Por isso, a partir delas podemos entender como se processa o estudo do enunciado na perspectiva do autor; isto é, podemos melhor entender o seu método.

Assim, diante de um enunciado qualquer, o ponto de partida, tanto para o estudo do seu conteúdo como de suas características formais (gramaticais e discursivas), é a sua orientação semântico-ideológica. O estudo do enunciado se inicia, portanto, a partir do sentido sugerido por ele, pois numa concepção sociológica de linguagem são as intenções significativas que determinam a escolha formal. É importante ter clareza sobre esse ponto porque numa leitura não muito cuidadosa pode parecer que o estudo do enunciado não se enquadra no universo de estudos lingüísticos, servindo apenas de apoio a outras áreas de estudos humanísticos - história, antropologia, sociologia, por exemplo. Nessa leitura, também comum sobre Bakhtin, reside um erro de perspectiva que coloca a importância dos fatores sócio-históricos no entendimento da linguagem como um fim em si mesmo e não como um meio. Como contraponto a esse tipo de leitura, lembramos que o estudo sociológico do enunciado não implica abandono do *objeto linguagem* como centro de investigação, mas sim no fato de a linguagem, por não ser uma entidade autônoma dentro do contexto social, só poder ser corretamente estudada quando focalizamos seus determinantes sociais.

Desse modo, a precisão no estudo que realizamos de um dado enunciado está relacionada à correta recuperação do contexto que o determinou. Diante de enunciados simples, essa recuperação é igualmente simples e, obviamente, menos passível de erro, já que esses enunciados possuem momentos temáticos que dificilmente extrapolam o momento de sua

realização. Contudo, em se tratando de enunciados complexos, dialogicamente mais complexos, a reconstrução de seu momento temático exige um trabalho bem mais extenso do lingüista, pois, como afirma Bakhtin(Volosshinov):

[...] the unified purview on which an utterance depends can expand in both space and time: *The 'assumed' may be that of the family, clan, nation, class and may encompass days or years or whole epochs.* The wider the overall purview and its corresponding social group, the more *constant* the assumed factors in an utterance become. (VOLOSSHINOV,1976,101).

Essa citação de Bakhtin(Volosshinov) aponta para a complexidade existente em determinados enunciados, reiterando o que já dissemos anteriormente, mas também nos dá pistas significativas, do ponto de vista metodológico, para o estudo dos enunciados complexos, já que ela também nos indica o caráter relativamente normativo de determinados enunciados.

Dessa forma, diante de um enunciado qualquer, além de o localizarmos no tempo respectivo em que se deu sua produção, é preciso recuperar-lhe a sua base histórica. O primeiro passo nessa direção se constitui em localizar a esfera específica de atividade que gerou tal enunciado - política, artística, religiosa, etc. -, pois é nessa esfera que encontraremos grande parte das respostas para as dúvidas suscitadas pelo enunciado, já que ao momento presente de construção de um dado enunciado não é facultada a possibilidade de rompimento com a tradição, sendo-lhe possível renovar e atualizar essa tradição apenas relativamente. Dito de outra forma, nas palavras de Bakhtin:

O enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Tem fronteiras nítidas, determinadas pela alternância dos sujeitos falantes (dos locutores), mas dentro dessas fronteiras, o enunciado, do mesmo modo que a mônada de Leibniz, reflete o processo verbal, os enunciados dos outros e, sobretudo, os elos anteriores (às vezes os próximos, mas também os distantes, nas áreas da comunicação cultural). (BAKHTIN, 1992, 319).

Assim, o âmbito de relações de uma esfera dada nos ajuda a responder a maioria das questões relativas a um enunciado, porque cada esfera em separado desenvolve padrões relativamente estáveis de interação verbal, tanto interna como externamente. Toda esfera específica se caracteriza pelo desenvolvimento de um léxico próprio (conjunto de signos particulares), por peculiaridades sintáticas, pelo uso de formas específicas de estruturação global dos enunciados (gêneros discursivos), etc., e, o que é mais significativo, por possuir uma posição ideológica bem particular no contexto social geral.

Todo enunciado complexo possui, portanto, um conjunto complexo de elementos presumidos (de constantes), fundamentais para o seu estudo. Contudo, esses elementos, como afirma Bakhtin, podem se encontrar longamente distanciados do ato de realização de um enunciado; para apreendê-los de forma correta faz-se necessária, então, a investigação histórica da esfera dada em que ele foi produzido, como forma de recuperação de suas relações históricas internas e externas que concorreram na sua determinação ideológica.

Partindo desse ponto de vista, para que o método sociológico tenha rendimento no estudo do enunciado, não basta relacioná-lo de forma direta apenas ao contexto imediato de sua produção. É a clareza sobre esse ponto que caracteriza os estudos que Bakhtin realizou de enunciados li-

terários. Ao estudar a poética de Dostoiévski, por exemplo, em uma de suas falas Bakhtin vai criticar as associações mecânicas, feitas por alguns críticos, entre a literatura do autor e o seu contexto pessoal e social imediatos.

As contradições extremamente exacerbadas do jovem capitalismo russo, o desdobramento de Dostoiévski enquanto indivíduo social e sua incapacidade pessoal de adotar determinada solução ideológica, tomados em si mesmos, são algo negativo e historicamente transitório mas, não obstante, constituíram as condições ideais para a criação do romance polifônico, 'daquela inaudita liberdade de vozes na polifonia de Dostoiévski' que é, sem qualquer sombra de dúvida, um passo adiante na evolução do romance russo e europeu.[...] Mas para que esses fatores de conteúdo se transformassem numa nova forma de visão artística, gerassem uma nova estrutura do romance polifônico, ainda era necessária uma longa preparação das tradições estéticas universais e literárias. As novas formas de visão artística são preparadas lentamente, pelos séculos; uma nova época cria apenas as condições para o amadurecimento definitivo e a realização de uma nova forma. (BAKHTIN, 1981, 29-30).

Essa citação de Bakhtin, além de nos livrar do engodo da associação rápida mas equivocada entre um enunciado complexo e sua circunstância quase que imediata de execução, nos sugere ainda que o recorte histórico a ser realizado pelo lingüista para o estudo de um dado enunciado nunca pode ser definido a priori. No método sociológico esse recorte sempre vai depender da complexidade formal, semântica e ideológica do enunciado a ser estudado. É dessa complexidade que vão emergir as hipóteses a serem trabalhadas pelo lingüista, indicando-lhe as prováveis fontes histórico-sociais a serem buscadas para que, através delas, seja possível o entendimento correto das características do momento presente do enunciado. Por sua vez, é a precisão do recorte histórico e a agudeza de análise do lingüista que vão definir o grau de precisão e objetividade do estudo realizado.

Com isso, retomando o que dissemos no terceiro capítulo deste trabalho, podemos enquadrar a lingüística sociológica de Bakhtin no quadro das demais ciências humanas, distinguindo-a das correntes principais da lingüística tradicional que costumam adotar postulados da ciência natural para tratarem dos fenômenos lingüísticos. Relembrando Löwy, citado anteriormente, na perspectiva de Bakhtin, o lingüista é como um pintor de paisagens: tanto mais será verdadeira e objetiva a sua pintura, quanto mais abrangente for o seu ponto de observação.

Com essa comparação, encerramos este capítulo, sabendo que melhor do que falar sobre o método de Bakhtin seria aplicá-lo. Embora, de início, fosse essa nossa intenção, redirecionamos nosso projeto, tentando contribuir para uma melhor compreensão dos aspectos gerais de sua teoria, para que dela advenham utilizações mais amadurecidas e mais consistentes do método do autor, considerando apropriações frágeis e até equivocadas de Bakhtin existentes na bibliografia, em especial na análise do discurso.

Achamos que pelo que foi dito até aqui, pudemos mostrar que a teoria de Bakhtin pode tornar-se uma fonte segura de base para fundamentar uma teoria do discurso. Foi intencional de nossa parte, para este capítulo, nos utilizarmos de algumas falas do autor referentes às suas discussões sobre literatura. Como já dissemos, talvez uma das razões das muitas dúvidas e do pouco aproveitamento do autor esteja no fato de ele ter se dedicado empiricamente apenas ao enunciado literário. Em todo caso, depois de tudo o que dissemos, acreditamos ser mais palpável a percepção do seu método a partir de seus estudos sobre Dostoiévski e Rabelais. Isso, evidentemente, não deve acontecer, repetimos, como tarefa isolada, sem que antes o leitor reflita pausadamente sobre os estudos lingüísticos de Bakhtin, que são o ponto de partida e de unidade do autor. Para orientar esse estudo, a

fim de encerramento, nunca é demais lembrarmos aqui, de forma sintética, os principais pontos teórico-metodológicos do autor:

a) em primeiro lugar, ao nos aproximarmos de Bakhtin devemos ter claro que estamos diante de um autor vinculado à vertente filosófica do marxismo, corrente esta que lhe confere os fundamentos principais de sua visão de mundo particular; isto é: o olhar eminentemente social sobre o homem, sua história e sua linguagem;

b) decorre disso que sua preocupação com a linguagem se detém nas relações socioverbais de interação;

c) dentro das relações socioverbais, a sua unidade de análise é o enunciado, que abrange toda a gama de manifestações de uso da linguagem;

d) determinados enunciados (complexos), devido a sua complexidade ideológica, exigem, para o seu estudo, a busca da gênese de suas características históricas e sociais no interior da esfera de atividade humana para a qual foram criados e na relação dessa com outras esferas do espaço social geral; e, finalmente,

e) a precisão e a objetividade na análise de um enunciado pelo lingüista dependem da natureza do recorte histórico realizado por ele e de sua habilidade em estabelecer o elo de ligação entre o passado e o presente do enunciado a fim de entendê-lo e explicá-lo corretamente.

CONCLUSÃO

Depois do estudo da teoria de Bakhtin e do esboço que realizamos sobre o seu método, algumas considerações finais nos parecem importantes.

A primeira diz respeito a nossa opção em antes tentar esclarecer aspectos gerais da teoria de Bakhtin, a fim de buscar a sua metodologia, abrindo mão, com isso, de um trabalho com finalidade empírica. Mesmo que ainda sujeita a ajustes e correções, acreditamos que essa nossa primeira aproximação a Bakhtin trouxe-nos, a partir de agora, uma maior segurança para enfrentar um projeto empírico com base no autor. O momento para isso, como já explicitamos na introdução, não era este. Mas, provavelmente, num projeto posterior - um doutoramento, quem sabe - tenhamos a oportunidade de operar com o modelo de análise do autor.

O segundo aspecto importante que merece destaque nesta finalização está na conclusão que tiramos do contraponto que fizemos neste trabalho com os autores que o integraram. O que pudemos perceber da discussão com esses autores foi que todos eles, em maior ou menor grau, apresentaram certa dificuldade em lidar com o caráter inovador da teoria de Bakhtin. Em primeiro lugar, como afirmamos no primeiro capítulo, temos que reconhecer o pouco tempo de circulação das idéias de Bakhtin no meio acadêmico brasileiro, o que certamente gera um certo estranhamento. Não há ainda aqui, e talvez no mundo inteiro, uma exegese do pensamento do autor que assegure de forma mais consistente a sua utilização. Além disso, uma segunda dificuldade em trabalhar com o autor parece ser motivada pelo tipo de orientação que Bakhtin dá aos estudos lingüísticos. Isto é, estudar a

interação verbal nos moldes de Bakhtin exige de nós, antes de qualquer coisa, um exercício epistemológico bastante diferente daquele com que está acostumada a lingüística tradicional. Como já afirmamos antes, o primeiro passo para uma aproximação mais produtiva com o autor está na busca de sua concepção de ciência. Os autores que analisamos neste trabalho, a nosso ver, tiveram muita dificuldade em trabalhar essa questão, porque nas suas leituras os parâmetros de apreensão de Bakhtin ainda seguem por demais uma metodologia tradicional e reificante da palavra do outro.

Nesse sentido, esperamos que este nosso diálogo com Bakhtin, dado o seu caráter de discussão mais geral, possa contribuir para o aprofundamento da teoria do autor, sendo um passo na busca de sua exegese, já que sem ela as possibilidades heurísticas do seu pensamento continuarão obscurecidas. Essa exegese, todavia, só é possível através de um diálogo contínuo com a obra de Bakhtin que não busque compreendê-la apenas como ele mesmo a compreendia, mas que a enriqueça, conferindo-lhe sentidos muitas vezes não imaginados pelo próprio autor no ato de sua realização. Pois, como ele mesmo nos ensina:

...a compreensão pode e deve ser superior à dele [à do autor]. Uma obra, poderosa e profunda, é, sob muitos aspectos, inconsciente e portadora de sentidos múltiplos. A compreensão faz com que a obra se complete com consciência e revela a multiplicidade de seus sentidos. A compreensão completa o texto: exerce-se de uma maneira ativa e criadora. Uma compreensão criadora prossegue o ato criador, aumenta as riquezas artísticas da humanidade. (BAKHTIN, 1992, 382).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M.M.; VOLOSHINOV, V.N. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Problemas da poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- _____. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- _____. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1988.
- _____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____.; MEDVEDEV, P.N. The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetics. Baltimore: John Hopkins University Press, 1978.
- _____.; VOLOSHINOV, V.N. Freudianism: a marxist critique. New York, Academic Press, 1976.
- BRITTO, Luiz P.L. O "Relatório Pinotti" e a doença de Tancredo: medicina e discurso. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas, SP: Pontes, 1987
- FARACO, Carlos A.; [e outros]. Uma introdução a Bakhtin. Curitiba: Hatier, 1988.
- FIORIN, José L. O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.
- LOBATO, Lúcia M. P. Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARTINS, Eleni J. Enunciação e diálogo. Campinas, 1987. Tese (Doutorado em Ciências) - Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- OLIVEIRA, Ana M.D.C.M. Contribuição para o estudo da ironia em Uma campanha alegre de Eça de Queirós. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

POSSENTI, Sírio. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 1989.

SCHWARTZ, Joseph. O momento criativo: mito e alienação na ciência moderna. São Paulo: Best Seller, Círculo do Livro, 1992.

WILLIAMS, Raymond. Keywords: a vocabulary of culture and society. Rev. ed. New York: Oxford University Press, 1985.